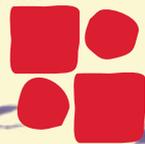
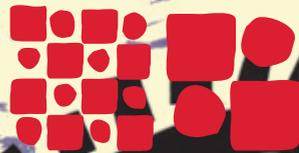


boletim paradigma



vol 07
ago 2012



ISSN 2176-3445

**Comportamento e cognição:
Um dualismo superado?**

**Resenha do livro *Clínica analítico-comportamental:
Aspectos teóricos e práticos***

**Paradigma entrevista
Maria Amalia Pie Abib Andery**

História de vida: Dr. Isaias Pessotti

**O papel do analista do comportamento
sobre o fenômeno *bullying*:
Algumas considerações**

Comportamento em cena: Adaptação





Ilustração da capa: Sílvia Amstalden

Quem somos

O Núcleo Paradigma é um centro de pesquisa, ensino e assistência, localizado na cidade de São Paulo, no bairro de Perdizes. Fundado em 2005, o Paradigma tem como objetivo a busca de soluções para problemas relacionados ao comportamento humano, nas mais diversas áreas de atuação da psicologia e oferecendo os seguintes serviços e atividades:

- Formação e atualização de terapeutas e acompanhantes terapêuticos para o atendimento das mais diversas populações.
- Clínica composta por terapeutas e acompanhantes terapêuticos (ATs) que trabalham sob a perspectiva analítico-comportamental no atendimento de crianças, adolescentes, adultos, idosos, casais, famílias, pessoas com desenvolvimento atípico e transtornos psiquiátricos.
- Eventos culturais que promovem o diálogo da psicologia com diferentes áreas do conhecimento e da arte.

boletim paradigma

Uma publicação do Núcleo Paradigma,
Ensino e Consultoria em Psicologia Ltda.
São Paulo, vol. 7, agosto de 2012.

Coordenação Editorial

Roberta Kovac

Assistentes Editoriais

Dante Marino Malavazzi

Jan Luiz Leonardi

Revisão

Dante Marino Malavazzi

Comissão executiva

Roberta Kovac

Joana Singer Vermes

Denis Zamignani

Roberto Alves Banaco

Candido Pessôa

Projeto gráfico e diagramação

Sílvia Amstalden



Núcleo Paradigma, Ensino e
Consultoria em Psicologia Ltda.

Rua Wanderley, 611

Perdizes, São Paulo-SP

CEP: 05011-001

TEL: 55 11 38649732

www.nucleoparadigma.com.br

contato@nucleoparadigma.com.br

Agosto 2012

Tiragem: 5.000 exemplares

ISSN 2176-3445

Sumário

Editorial 2

Agenda 2012 4

Teoria e aplicação 6

Comportamento e cognição: Um dualismo superado?

Clarisse Zamith e Yara Nico

Na estante 17

Resenha do livro *Clínica analítico-comportamental: Aspectos teóricos e práticos*, organizado por Nicodemus B. Borges e Fernando A. Cassas. Editora Artmed (Porto Alegre), 2012.

Dante Marino Malavazzi

Paradigma entrevista 21

Candido V. B. B. Pessôa e Jan L. Leonardi entrevistam

Maria Amalia Pie Abib Andery

História de vida 29

Dr. Isaias Pessotti

por Fabiana Guerrelhas

Aplicação 32

O papel do analista do comportamento sobre o fenômeno *bullying*:

Algumas considerações

Joana Singer Vermes e Roberto Alves Banaco

Comportamento em cena 36

Adaptação

Antonio Carlos Pacheco e Silva Neto

Editorial

Caros amigos,

É com muita satisfação que levamos até você esta sétima edição do *Boletim Paradigma*. Mantendo sua proposta de divulgar a análise do comportamento por meio de textos de leitura fácil e agradável, o *Boletim* aborda temas de interesse para a prática e para a formação.

Temos duas importantes notícias que gostaríamos de compartilhar com vocês: a primeira diz respeito à entrada de um novo sócio no Paradigma, Candido Pessôa. Quem mais ganha com isso são nossos alunos e professores. Candido vem para agregar novas propostas e um outro olhar ao nosso trabalho.

A segunda notícia que festejamos é a elevação da nota da revista *Perspectivas em Análise do Comportamento* para B3, resultado do trabalho do editor Ricardo Martone, dos editores-associados Nicodemos Borges, Roberto Banaco, Jan Leonardi e Dante Malavazzi, além dos secretários de editoração Emerson Simões Filho e Marília Sampaio. Parabéns à equipe, que agora conta também com a colaboração de Denis Roberto Zamignani como novo editor-associado.

Nesta edição do *Boletim*, Fabiana Guerrellhas conta na seção História de Vida um pouco

sobre Isaias Pessotti, um dos precursores da disseminação da análise do comportamento no Brasil. Isaias é presença importante em nossa literatura e nos principais eventos da análise do comportamento, além de um consagrado autor de obras de ficção. Nós nos sentimos honrados em levar a história dele a vocês.

Esta edição traz também uma entrevista com Maria Amalia Andery, realizada pelas colegas Candido Pessôa e Jan Leonardi. Nela, Amalia oferece um importante panorama sobre a análise do comportamento em nosso país e avalia o posicionamento da abordagem quanto às interfaces com outras ciências. A professora discorre ainda sobre as estratégias políticas para a ampliação do alcance do trabalho desenvolvido pelos analistas do comportamento e sobre diálogos possíveis e necessários com outras disciplinas que já foram e estão sendo conduzidos.

Uma discussão sobre o tema *cognição* e seu tratamento pela análise do comportamento é apresentada por Clarisse Zamith e Yara Nico. O artigo foi elaborado a partir do trabalho final da aluna Clarisse, na disciplina Pressupostos Filosóficos e História da Prática

Clínica Analítico-Comportamental, ministrada pela professora Yara em nosso Curso de Especialização em Clínica Analítico-Comportamental de Adultos.

A resenha escrita por Dante Malavazzi é um convite à apreciação do livro organizado por Nicodemos Borges e Fernando Casas, *Clínica Analítico-Comportamental: Aspectos Teóricos e Práticos*. Lançado em 2011 pela editora Artmed, a obra é um excelente material para a formação introdutória de terapeutas analítico-comportamentais e apresenta as mais recentes práticas e estratégias utilizadas na clínica por analistas do comportamento.

Na seção Comportamento em Cena, Antonio Pacheco discute o tema *comportamento verbal* e analisa possíveis desdobramentos desse tipo especial de comportamento, quando relacionado ao sofrimento e à busca de valores. O texto traz a análise realizada pelo autor a partir do filme *Adaptação*, de Spike Jonze, apresentada num dos encontros da atividade Cinema Paradigma.

Joana Singer Vermes e Roberto Banaco, na seção Aplicação, analisam um tema importante para terapeutas e educadores: o *bullying*. Os

autores propõem uma breve discussão sobre os desafios do analista do comportamento ante um problema tão sério e atual.

Encerramos este editorial com um convite: sempre buscando o aperfeiçoamento de nossos cursos, alunos e dos profissionais que aqui trabalham, traremos a Professora Dra. Carmen Luciano (ESP) para um curso de capacitação interna. Ela também ministrará um curso aberto aos demais interessados na Terapia de Aceitação e Compromisso (ACT), para o qual todos serão muito bem-vindos.

Aguardem: em breve, anunciaremos novos projetos...

Por ora, desejamos a todos uma boa leitura!

Joana Singer Vermes
Roberta Kovac
Roberto Alves Banaco
Denis Roberto Zamignani
Candido Pessôa

Agenda 2012

MARÇO

30 e 31 I Jornada de Análise do Comportamento do Espírito Santo

ABRIL

12 a 14 IX Congresso da Associação Latino-Americana de Psicoterapias Cognitivas

19 a 21 I Encontro Científico de ACT e FAP no Brasil

20 e 21 III Encontro de Análise do Comportamento do Vale do São Francisco

20 a 22 XI Jornada de Análise do Comportamento da Universidade Federal de São Carlos

MAIO

9 a 12 XVI Encontro Cearense de Análise do Comportamento e IV Encontro Nordestino de Análise do Comportamento

18 e 19 VI Jornada Brasiliense de Análise do Comportamento

18 e 19 I Congresso Brasileiro de Terapia por Contingências de Reforçamento e Encontro de Terapeutas Comportamentais

23 a 25 I Encontro Brasileiro de Análise do Comportamento e Terapia Cognitivo-Comportamental com Casais

24 a 26 II Congresso de Psicologia e Análise do Comportamento, VI Encontro Paranaense de Análise do Comportamento e II Encontro Brasileiro de Estudos sobre as Psicoterapias Analítico-Comportamentais da Terceira Onda.

26 I Jornada de Análise do Comportamento da Universidade São Judas Tadeu

JUNHO

15 a 17 II Encontro do Sudoeste Goiano de Análise do Comportamento

28 a 30 V Encontro Maranhense de Análise do Comportamento

JULHO

5 a 8 IX Congresso Brasileiro de Psicopedagogia e I Simpósio Internacional de Neurociências, Saúde Mental e Educação

AGOSTO

15 a 18 XXI Encontro Brasileiro de Psicologia e Medicina Comportamental

SETEMBRO

22 I Jornada de Análise do Comportamento da Universidade Anhembi Morumbi

OUTUBRO

1 a 5 III Jornada de Análise do Comportamento de Belém

26 e 27 XIII Jornada Mineira de Ciência do Comportamento

NOVEMBRO

8 e 9 III Jornada de Análise do Comportamento da Universidade de São Paulo

JANEIRO DE 2013

7 a 15 IV Curso de Verão em Psicologia Experimental: Análise do Comportamento da PUC-SP.

ACOMPANHAMENTO TERAPÊUTICO E ATENDIMENTO EXTRACONSULTÓRIO

coordenação

ROBERTA KOVAC

FERNANDO ALBREGARD CASSAS

horário

quinzenal, aos sábados,
das 8h30 às 18h30

carga horária total de **190 horas**,
distribuídas em dois semestres

120 horas

disciplinas teórico-práticas

40 horas

supervisão clínica

30 horas

prática

público-alvo

psicólogos, médicos psiquiatras,
terapeutas ocupacionais,
fonoaudiólogos, fisioterapeutas
e alunos de graduação a partir
do terceiro ano em qualquer uma
dessas áreas.

objetivo

O curso visa a oferecer uma sólida
formação para o desempenho da
prática terapêutica fora do setting
tradicional do consultório. Propicia ao
aluno o desenvolvimento profissional
a partir da consolidação da base
teórica da Análise do Comportamento
e da relação desta abordagem com as
questões da prática profissional.



núcleo
paradigma
análise do comportamento

www.nucleoparadigma.com.br
Rua Wanderley, 611
Perdizes São Paulo/SP
Tel. 11 3864 9732

Teoria e aplicação

Comportamento e cognição: Um dualismo superado?¹

Clarisse Zamith e Yara Nico

Ao longo da história da terapia comportamental, a cognição tem sido um termo de difícil enfrentamento. Dada a herança de um vocabulário de origem não científica, Skinner (1945/1999) enfatizou a necessidade de analisar as variáveis que instalaram e mantêm o uso de determinados termos psicológicos. *Cognição* é exemplo de uma palavra de difícil definição, amplamente usada na psicologia. Ela permanece, de alguma forma, na comunidade verbal de analistas do comportamento. Vemos que as diferentes concepções de cognição tiveram diversas implicações na prática clínica identificada como *comportamental*.

Skinner (1989) revelou, por meio de estudo etimológico, que termos cognitivos surgiram como referências a comportamentos (e.g., *contemplar* originalmente significava olhar para um plano ou *template* das estrelas). Mas como se perdeu o sentido comportamental da palavra? Uma hipótese é a de que:

ao longo dos séculos comportamento humano tem tornado-se mais complexo na medida em que foi sendo controlado por ambientes mais complexos. O número e a complexidade das condições corporais sentidas ou observadas introspectivamente têm aumentado correspondentemente e, com elas, tem aumentado o vocabulário cognitivista. (Skinner, 1989, p. 22)

Atualmente, segundo o dicionário *Merriam-Webster*, cognição define-se como processos mentais e, *também*, como produto desses processos. O fato de uma palavra ser usada para descrever dois eventos (i.e., o processo e seu produto) já sinaliza a dificuldade em diferenciar um do outro. Morris, Higgins e Bickel (1982) discutiram a imprecisão das definições dos processos cognitivos no próprio campo da psicologia cognitiva – visto que tais definições costumam enfatizar o que a cognição não é, ao invés de afirmar o que ela é.

Conforme a revisão de Kohlenberg e Tsai (1991/2006), na perspectiva comportamental, o produto do processo cognitivo equivaleria a comportamento, tal como pensar. Já o processo cognitivo que o origina não teria paralelo na análise do comportamento, sendo uma estrutura mental desnecessariamente inferida com base em seus produtos, ou seja, uma ficção explicativa. Para Skinner (1989), “processos cognitivos são processos comportamentais; são coisas que as pessoas fazem”² (p. 23). Acrescentando a definição de Catania (1999), podemos dizer que, para a análise do comportamento, cognição é “o saber e as maneiras pelas quais ele ocorre. Os processos ditos cognitivos, geralmente, são variedades de *comportamento* que não são manifestadas como movimentos e assim devem ser medidas indiretamente” (p. 390). Mas como chegamos ao ponto de poder afirmar que cognição é comportamento? Isso é

prova de que superamos o paradigma mentalista? Para começar a pensar nessas questões, precisamos rever o papel do conceito de cognição na história do behaviorismo.

Behaviorismo Metodológico

Em seus primórdios, o behaviorismo tentou evitar as armadilhas que pareciam inerentes ao tradicional objeto da psicologia, os chamados fenômenos cognitivos. Para Watson (1913/1994), a introspecção e o uso de medidas comportamentais como meios para inferir estados mentais levam a um *cul-de-sac* de especulações teóricas, revelando a impotência de tal método como caminho para a produção de conhecimento. Prezando pela objetividade científica, algo só poderia ser objeto de ciência se fosse passível de observação consensual. Tanto na teorização quanto na prática experimental, isso resultou na proposta de exclusão radical dos fenômenos ditos cognitivos.

Hayes (2004) denomina de *primeira geração* (*first wave*) as práticas clínicas que surgiram nesse contexto. Elas representaram uma retaliação às terapias psicanalíticas e humanistas da época e se caracterizaram pela aplicação de intervenções específicas e cientificamente fundamentadas, limitando-se à modificação de comportamentos observáveis. Contudo, segundo Dougher e Hayes (2000), o recorte metodológico dos primeiros behavioristas não foi tão preciso. Para os autores, Watson continuava engajado no estudo do pensar e das emoções, apoiando-se na definição formal de comportamento como movimentos musculares e secreções glandulares, os quais constituiriam a base de *toda* atividade humana.

Vale ressaltar que a adesão de outros psicólogos americanos ao *behaviorismo metodológico* “puro” (o que não incluía a metafísica Watsoniana) mantinha a visão dualista do ser

humano; a posição não era a de que a mente não existe, mas a de que ainda não haviam sido encontradas formas científicas de estudá-la. Como indica Matos (2001), há ainda a contradição inerente ao método de observação consensual, pois o comportamento de observar é “um comportamento que, em si, não é observável direta e consensualmente e, portanto, não poderia ser objeto de estudo do behaviorista metodológico; torna-se, não obstante, fonte de dados para a construção da ciência deste behaviorista” (p. 68). Ou seja, o critério consensual não elimina o fato de que o método, ao se apoiar no comportamento de observar, faz parte do âmbito do mental (definido como de natureza não diretamente observável) que os behavioristas propunham excluir. Pode-se argumentar, portanto, que a psicologia comportamental até aquele momento não havia de fato se divorciado completamente dos fenômenos cognitivos, seja por uma negação filosófica ou metodológica.

Behaviorismo Mediacional

Contraditoriamente, foi o dogmatismo metodológico dos primeiros behavioristas que permitiu o resgate de noções mentais por psicólogos como Tolman (Dougher & Hayes, 2000; Perez-Álvarez, 1996). O *behaviorismo mediacional* de Tolman reintroduziu o conceito de cognição (entendido como processos internos não observáveis) como variável central na explicação do comportamento, afirmando que faltava um elo na relação entre estímulo e resposta. Em teoria, o comportamento não seria mais o foco do estudo, e sim um caminho para acessar os fenômenos cognitivos que medeiam a relação estímulo-resposta. Tem-se agora um novo objeto de estudo, a cognição, enquanto o comportamento é deslocado para servir como base do método (o caminho de acesso ao ob-

jeito). Persiste, assim, o impasse de separar o mental do comportamental, pois essa psicologia que diz lidar com fenômenos mentais efetivamente estuda apenas o comportamento observável (especificamente, o comportamento de animais de laboratório).

De fato, Tolman, hoje considerado o primeiro psicólogo cognitivista, rejeitava o método da introspecção e defendia com veemência que seu interesse residia exclusivamente no comportamento manifesto (Schultz & Schultz, 2008). Como ressaltou Skinner (1989), o retorno da cognição como objeto de estudo da psicologia não significou o retorno da introspecção. Enxerga-se a contradição entre investir em uma concepção de mente e, ao mesmo tempo, ater-se a fenômenos comportamentais observáveis.

Trata-se de uma tensão que persistiu na segunda geração de terapias comportamentais, definida por Perez-Álvarez (2006) como uma época caracterizada pelo alinhamento ambíguo de técnicas comportamentais e cognitivas. Kohlenberg e Tsai (1991/2006) também destacam a relação paradoxal entre teoria e prática no cognitivismo. Com base na suposição de que cognição é produto da estrutura cognitiva, sendo esta o verdadeiro fator causal do comportamento, a intervenção do terapeuta cognitivo deveria incidir nessas estruturas. Mas, conforme Kohlenberg e Tsai, intervenções cognitivistas limitam-se à mudança dos produtos, justificando que esta seria a maneira de modificar as estruturas. O que segue, então, é um impasse teórico: se mudar o produto altera a estrutura, como se pode sustentar a estrutura como fator causal? Além disso, na segunda geração, faltavam pesquisas experimentais sobre cognição para fornecer dados empíricos como

os que haviam sido fonte de legitimação das terapias comportamentais de primeira geração (Woods, Kanter, Landes & Adcock, 2007).

A imprecisão do modelo cognitivo surgiu em trabalhos da própria área na década de 1990. Costa (2002) ressalta os questionamentos acerca da função causal dos esquemas

Mesmo produzindo resultados desejáveis, não há como sustentar as intervenções das terapias cognitivas sem desestabilizar o pressuposto da estrutura cognitiva como fator causal.

cognitivos, presentes nas publicações de Beck, Dobson e Franche. A tensão epistemológica encontrada no trabalho de Tolman agora adquiriria dimensões práticas para os terapeutas dessa nova geração. Mesmo produzindo resultados desejáveis, não há como sustentar as intervenções das terapias cognitivas sem desestabilizar o pressuposto da estrutura cognitiva como fator causal.

Behaviorismo Radical

O *behaviorismo radical* de Skinner tampouco evitou certas tensões conceituais acerca da problemática dos fenômenos cognitivos, como apontam Tourinho (2009) e Torneke (2010). Skinner (1945/1999) inicialmente contornou o dualismo metafísico, que proliferou no behaviorismo metodológico, introduzindo os conceitos de comportamentos públicos e encobertos. Os fenômenos cognitivos (e.g., pensamentos, lembranças e verbalizações) seriam respostas operantes, em geral encobertas (e.g., pensar, lembrar e verbalizar), regidas pelos mesmos mecanismos que respostas diretamente observáveis. Para Skinner (1945/1999), a distinção entre público e privado não equivale a uma separação entre físico e mental, o que significa que “o behaviorista radical pode em alguns casos considerar eventos privados (talvez

por inferência, mas ainda de forma significativa)” (p. 429). Não é o critério de consenso que garante a objetividade, mas o nível de controle que certa variável tem sobre o comportamento verbal do cientista.

Com o conceito de *comportamento verbal*, Skinner (1945/1999) permitiu que eventos privados se tornassem objeto de estudo de uma ciência do comportamento. São as contingências verbais de reforçamento que possibilitam o relato sobre eventos privados, permitindo a inclusão desses eventos na análise de variáveis envolvidas nas relações comportamentais. Em relação a respostas encobertas, entretanto, Skinner (1974) alerta que elas são sempre adquiridas em condições públicas.

Tourinho (2009) identifica, contudo, uma tensão nas obras de Skinner em relação à dicotomia público-privado: “Sua rejeição da categoria de mental serve apenas para afastar o dualismo metafísico, mas não funciona para instituir uma perspectiva totalmente consisten-

Apenas quando comportamento verbal e comportamento simbólico viraram campo de pesquisa experimental é que a análise do comportamento começou a produzir dados sobre fenômenos comportamentais ditos cognitivos, tema que antes era domínio das terapias cognitivas.

te de análise” (p. 117). Skinner (e.g., 1974) defendia que estímulos e respostas privadas têm sempre uma relação com o ambiente externo. Para Tourinho (2009), ao analisar fenômenos comportamentais como relações do organismo com o mundo, “deixam de fazer sentido as categorias de interno e externo” (p. 146). A dicotomia inevitavelmente gerou implicações para a aplicação da teoria.

Embora Skinner (1953/2007) reconhecesse a existência de variáveis privadas controlando o comportamento, ele não as considerava al-

vos importantes de manipulação: “Felizmente, raramente o assunto [evento privado] é de importância vital no controle do comportamento humano. O leitor cujos interesses são essencialmente práticos e que talvez prefira agora avançar para os capítulos seguintes pode fazê-lo sem sérios prejuízos” (p. 282). Não é surpreendente, portanto, que as práticas dos modificadores de comportamento da primeira geração de terapia comportamental tenham sido restritas a variáveis passíveis de observação e manipulação direta.

Torneke (2010) aponta outra tensão na obra de Skinner, tomando como foco de análise o conceito de *comportamento governado por regras*. Por um lado, constata-se na teoria que eventos privados, como autorregras, podem exercer controle sobre comportamentos. Por outro, eventos privados são comumente caracterizados como produtos colaterais de contingências, compostas por variáveis públicas, sendo estas, portanto, os alvos lógicos de inter-

venção. O que fazer, então, da preocupação de Skinner (e.g., 1989) com a linguagem da ciência?

Segundo Branch e Malagodi (1980),

há uma preocupação não apenas com as variáveis que controlam o comportamento do cientista, mas também com os efeitos das regras geradas por ele sobre o comportamento dos membros da sociedade. Pode-se dizer que uma mudança no comportamento verbal do cientista ocasionaria uma mudança em comportamentos verbais e não verbais não apenas de cientistas, como também daqueles cuja prática depende de suas formulações.

Contudo, a análise aplicada do comportamento, enquanto vertente operante da pri-

meira geração, limitou-se a práticas restritas a contingências não verbais, com enfoque nas populações com incapacidades severas e institucionalizadas (Dougher & Hayes, 2000). Em parte, isso se deveu ao processo de produção de conhecimento *bottom-up*, no qual conhecimento é construído do simples ao complexo. Na época dos modificadores do comportamento, comportamento verbal estava apenas sendo discutido (Skinner, 1957/1992), havendo apenas pesquisas experimentais incipientes sobre o assunto. Mas há quem afirme que essa restrição da prática também é fruto das inconsistências teóricas presentes nas obras de Skinner. Segundo Wilson e Blackledge (2000) e Torneke (2010), nunca ficou claro como o conhecimento de eventos privados poderia influenciar a atuação do analista do comportamento, o que pode ter refletido no desenvolvimento tardio das práticas clínicas de consultório.

Apenas quando comportamento verbal e comportamento simbólico³ viraram campo de pesquisa experimental é que a análise do comportamento começou a produzir dados sobre fenômenos comportamentais ditos cognitivos, tema que antes era domínio das terapias cognitivas (Catania, 1999; Dougher & Hayes, 2000).

Transferência de Função e Transformação de Função

A área de equivalência de estímulos, que teve início com o trabalho de Sidman na década de 1970, desenvolveu um modelo experimental potente para fornecer critérios operacionais de estudo do comportamento simbólico (cf. de Rose & Bortoloti, 2007). Dado que a “substitutabilidade” nas funções entre estímulos arbitrariamente relacionados é o aspecto básico do comportamento simbólico, a verificação da emergência de relações de *reflexividade*,

simetria e transitividade entre estímulos arbitrariamente relacionados atesta a constituição de uma classe de estímulos equivalentes e serve de critério para verificar que determinadas relações arbitrarias são também simbólicas (Sidman & Tailby, 1982).

Dizer que estímulos arbitrários podem se tornar substituíveis no controle do comportamento humano significa que, em alguns contextos, podemos ser afetados por símbolos (e.g., palavras escritas, gestos, sons e imagens) como seríamos afetados pelas coisas a que estão arbitrariamente relacionados (tradicionalmente denominados de *referentes*, cf. de Rose & Bortoloti, [2007]). Tal fenômeno tem sido estudado pela área de equivalência de estímulos, sendo denominado *transferência de função*. Muitos experimentos têm documentado que se um dado estímulo pertencente a uma classe de equivalência adquire determinada função comportamental (e.g., discriminativa, eliciadora, reforçadora positiva ou negativa), outros estímulos pertencentes à classe podem adquirir a mesma função indiretamente (e.g., de Rose, McIlvane, Dube, Galpin & Stoddard, 1988; para uma revisão, ver Dymond & Rehfeldt, 2000).

No final da década de 1980, experimentos da área de RFT (do inglês, *relational frame theory*) começaram a investigar outros tipos de relações arbitrarias entre estímulos além das relações de equivalência (segundo essa área, relações de coordenação ou igualdade). Relações arbitrarias de oposição, diferença, comparação, hierarquia, entre outras, passaram a ser estudadas, ampliando o escopo de análise de fenômenos relacionados à cognição e à linguagem (Hayes, Barnes-Holmes & Roche, 2001). Uma vez que as relações estabelecidas entre os estímulos não são de igualdade, a função apresentada pelos estímulos arbitrariamente relacionados não é partilhada

ou transferida, e sim transformada. Dessa forma, um estímulo em relação de oposição com um reforçador positivo, por exemplo, adquire a função de reforçador negativo, indiretamente (Whelan & Barnes-Holmes, 2004; para uma discussão detalhada acerca do uso dos termos *transferência* e *transformação*, ver Dymond & Rehfeldt, 2000).

Dados experimentais sobre transferência e transformação de função de estímulos, por participação em redes de relações arbitrárias, conferiram à análise do comportamento poder explicativo ainda maior sobre comportamento humano complexo e forneceram ao clínico analítico-comportamental novas ferramentas para compreender e delinear estratégias de intervenção sobre comportamentos considerados, tradicionalmente, como cognitivos (Torneke, 2010).

Dougher, Hamilton, Brandi, Fink e Harrington (2007), por exemplo, investigaram como a função dos estímulos de uma rede relacional pode ser afetada por relações arbitrá-

Dizer que estímulos arbitrários podem se tornar substituíveis no controle do comportamento humano significa que, em alguns contextos, podemos ser afetados por símbolos (e.g., palavras escritas, gestos, sons e imagens) como seríamos afetados pelas coisas a que estão arbitrariamente relacionados.

rias de comparação. Para isso, três estímulos de dimensões similares (A, B e C) foram arbitrariamente relacionados do seguinte modo: A, como sendo o menor; B, o mediano e C, o maior (em termos descritivos, $A < B < C$). Uma vez que os estímulos tinham o mesmo tamanho, a relação de comparação entre eles foi estabelecida arbitrariamente, e não em termos das propriedades físicas desses estímulos. Depois de estabelecidas tais relações arbitrárias, o Estímulo B foi pareado com uma cor-

rente elétrica. Após sucessivos pareamentos, os autores mediram a magnitude dos respondentes eliciados (condutância galvânica da pele) diante dos Estímulos A, B e C, constatando que esta variou em função da relação arbitrária estabelecida. Assim, o Estímulo C, que nunca foi diretamente pareado com a corrente elétrica (aversivo incondicionado), adquiriu *maior* valor aversivo do que o Estímulo B, diretamente pareado com o aversivo incondicionado. Os autores concluem que o estabelecimento da relação arbitrária “maior que” fez com que os sujeitos tivessem maior magnitude de respondentes eliciados na presença de C – função aversiva transformada indiretamente – do que diante de B, função adquirida por contingências diretas de condicionamento respondente⁴.

Dados como esses parecem indicar que, assim como o responder relacional arbitrariamente aplicável “maior que”, uma ação verbal de relacionar arbitrariamente estímulos pode produzir a constituição de novos estímulos aversivos, por vezes até mais potentes do que aqueles originalmente pareados com aversivos incondicionados. Pesquisas como essas demonstram possíveis relações entre sofrimento clínico e comportamento verbal – no caso, respostas verbais que poderiam ser facilmente referidas ao campo da cognição, do pensar, lembrar e relacionar.

A relação entre fenômenos ditos cognitivos e a produção de sofrimento humano não torna, por si só, a análise do comportamento uma ciência cognitivista. Uma vez que o *responder relacional arbitrariamente aplicável* (Hayes, Barnes-Holmes, & Roche, 2001) é um operante – uma abstração relacional – cuja aquisição de-

pende de uma longa história de treino de múltiplos exemplares com reforçamento mediado socialmente, a análise do comportamento pode lidar com fenômenos considerados cognitivos sem reverter a uma linguagem e a uma filosofia mentalista – a qual, segundo a revisão de Costa (2002), estava se tornando uma crescente e preocupante tendência de analistas do comportamento nas últimas décadas do século XX.

Assim, cabe perguntar: por que, apesar dos esforços do movimento behaviorista desde a época de Watson, o uso do termo *cognição* provou-se resistente à extinção, mesmo dentro da comunidade verbal de analistas do comportamento? Uma dica encontra-se no artigo de Morris, Higgins e Bickel (1982), que comparou o número de palavras-chave cognitivistas (e.g., *memory, cognition, intelligence e information processing*) presentes em artigos do *JEAB*⁵ antes de 1976 ao número vigente entre 1976 e 1981: respectivamente, 5 e 26. Embora algumas palavras pertencessem a artigos argumentando contra o cognitivismo, outras surgiram como descritores dos eventos estudados ou como explicações desses eventos. Os autores concluíram que a tendência de recorrer a termos cognitivistas refletia a dificuldade em se conduzir análises experimentais rigorosas sobre fenômenos complexos (sobre os quais não havia controle imediato por variáveis ambientais observáveis) e a aparente elegância das explicações mentalistas culturalmente herdadas.

Terceira Geração

Ainda não se sabe se o uso inconsistente de termos cognitivistas por analistas do comportamento será superado por dados experimentais sobre comportamentos tidos como cognitivos, como o responder relacional arbitrariamente aplicável. A partir da década de 1990, passaram a ser divulgadas novas tera-

pias no âmbito da análise do comportamento, para cuidar de sofrimento clínico experimentado por sujeitos verbalmente competentes. Tais práticas incluíram em suas estratégias de intervenção novos conhecimentos sobre comportamento verbal (e.g. Dougher & Hayes, 2000; Luciano, Valdivia, Gutiérrez, & Páez-Blarrina, 2006; Wilson & Blackledge, 2000; Woods, Kanter, Landes & Adcock, 2007), sendo denominadas de *clinical behavior analysis*, por Dougher & Hayes (2000), de *clínica analítico-comportamental*, por terapeutas brasileiros, e de *terceira geração de terapias comportamentais*, por Hayes (2004). Entre elas, destacam-se: a psicoterapia analítica funcional (FAP), a terapia de aceitação e compromisso (ACT), a terapia comportamental dialética (DBT) e a ativação comportamental.

Por exemplo, enquanto alguns praticantes consideram a ACT uma terapia cognitivo-comportamental (e.g., Heffner, Sperry, Eifert & Detweiler, 2002), seus proponentes afirmam que não se trata de uma terapia baseada no modelo cognitivo tradicional, e sim numa abordagem pós-Skinneriana da linguagem e da cognição – a qual considera os princípios básicos descobertos pela análise do comportamento e incorpora novos processos verbais, sem descaracterizar o que há de central na proposta teórica da ciência do comportamento (e.g., Hayes, Strosahl & Wilson, 1999, 2012; Wilson & Soriano, 2002). Surge, pois, a questão: essas descobertas estão realmente produzindo novas práticas, estamos apenas sustentando práticas já desenvolvidas nas terapias cognitivas ou, o que talvez seja mais temerário, estamos desenvolvendo ou importando técnicas de outras abordagens sem compreender os processos comportamentais que sustentam sua suposta eficácia?

Vale atentar para o risco, como profissionais da psicologia, de cairmos novamente nas

armadilhas teóricas que atordoavam nossos precursores. Da mesma forma que Holland (1983) apontava para as sérias implicações da dissonância entre teoria e prática na análise do comportamento, vemos hoje autores (e.g., Woods, Kanter, Landes & Adcock, 2007) alertando sobre os perigos de deixar a prática fugir da sua ciência de base. Profissionais da área que não acompanham a produção de novos dados experimentais sobre comportamento simbólico e governância verbal, bem como as recentes discussões filosóficas e teóricas na análise do comportamento, podem facilmente incorrer no erro de criar ficções explicativas sustentando suas técnicas ou, o que talvez resulte no mesmo, de se tornarem meros tecnicistas.

Por outro lado, a aderência ao dogmatismo antimentalista e, com ela, a recusa a investigar os fenômenos ditos cognitivos (como se esta empreitada necessariamente implicasse a adoção de uma posição cognitivista) emperram, a um só tempo, o avanço da ciência do comportamento e não garantem a qualidade da intervenção do terapeuta. Segundo Tourinho (2009):

A superação das dicotomias clássicas não se dá pela afirmação dos pólos que atendem a critérios de uma visão monista. Não é afirmando que sentimentos, emoções e pensamentos são todos eles fenômenos públicos, objetivos, físicos ou externos que se visualizam as dimensões relacionais funcionais desses fenômenos. No lugar dessa lógica, podemos indagar quais são as novas relações que dão origem à autoimagem do homem autônomo e enclausurado em si mesmo. (p. 184)

Considera-se a proposta de alguns cientistas cognitivistas de substituir *mente* por *cérebro* um movimento comumente criticado por

behavioristas radicais (e.g., Skinner, 1974). Falar de cérebro coloca os fenômenos estudados no plano do físico, mas isso não necessariamente muda a direção de análise: o fator causal continua sendo interno, e não relacional. Será que a posição monista, vista nessa perspectiva proposta por Tourinho (2009), é tão diferente desse *shift* mente-cérebro? Talvez seja necessário reconsiderar o que de fato caracteriza e distingue as novas terapias de terceira geração. Uma vez que agora estamos começando a reconhecer a complexidade dos fenômenos ditos cognitivos como processos comportamentais que influenciam outros comportamentos, é possível que estejamos em melhor posição para resgatar, como fez Skinner (1989), o sentido etimológico de certos termos cognitivos, tornando claras as suas referências a comportamentos operantes. ■

1 A elaboração deste artigo teve como ponto de partida o trabalho final realizado pela primeira autora para a disciplina Pressupostos Filosóficos e História da Prática Clínica Analítico-Comportamental, da qual a segunda autora foi docente no Curso de Especialização em Clínica Analítico-Comportamental de Adultos (Núcleo Paradigma). As autoras agradecem a leitura atenciosa e as valiosas contribuições do colega William Perez.

2 Skinner utiliza termos diferentes para se referir aos fenômenos ditos cognitivos. Por exemplo, *behavior* e *behavior process* (Skinner, 1989), *response to private stimuli* (Skinner, 1945/1999) e *covert behavior* (Skinner, 1974). Embora distintos, vale notar que os termos dizem respeito a comportamento ou resposta (geralmente privados), e não à estimulação encoberta. Esta costuma ser expressa por meio de termos ligados a sentimentos/emoções, e não a cognições. Para mais detalhes sobre a utilização de termos relacionados a *eventos privados*, ver Tourinho (2009).

3 Vale ressaltar, na literatura especializada (e.g., Chase & Danforth, 1991), a defesa de que comportamento verbal é comportamento simbólico.

4 Os autores relatam ainda que, quando C aparecia, alguns participantes retiravam os eletrodos do braço. Eis um dado anedótico que indica que tal estímulo também adquiriu função de estímulo aversivo, controlando resposta operante de *esquiva*.

5 *Journal of the Experimental Analysis of Behavior*.

Referências

Branch, M. N. & Malagodi, E. F. (1980). Where have all the behaviorists gone? *The Behavior Analyst*, 3(1), 31-38.

Catania, A. C. (1999). *Aprendizagem: Comportamento, linguagem e cognição* (4ª ed., D. G. de Souza, Trad.) Porto Alegre: Artmed.

Chase, P. N. & Danforth, J. S. (1991). The role of rules in concept learning. Em L. J. Hayes & P. N. Chase (Orgs.), *Dialogues on verbal behavior* (pp. 205-225). Reno, EUA: Context Press.

Costa, N. (2002). Psicoterapia "cognitiva-comportamental". Em N. Costa (Org.), *Terapia analítico comportamental: Dos fundamentos à relação com o modelo cognitivista* (pp. 27-34). Santo André: ESETec.

De Rose, J. C. & Bortoloti, R. (2007). A equivalência de estímulos como modelo do significado. *Acta Comportamentalia*, 15, 83-102.

De Rose, J. C., McIlvane, W. J., Dube, W. V., Galpin, V. C. & Stoddard, L. T. (1988). Emergent simple discrimination established by indirect relation to differential consequences. *Journal of the Experimental Analysis of Behavior*, 50, 1-20.

Dougher, M., Hamilton, D., Brandi, C., Fink, C. & Harrington, J. (2007). Transformation of the discriminative and eliciting functions of generalized relational stimuli. *Journal of the Experimental Analysis of Behavior*, 88, 179-187.

Dougher, M. J. & Hayes, S. C. (2000). Clinical behavior analysis. Em M. J. Dougher (Org.), *Clinical behavior analysis* (pp. 11-25). Reno, EUA: Context Press.

Dymond, S. & Rehfeldt, R. A. (2000). Understanding complex behavior: The transformation of stimulus functions. *The Behavior Analyst*, 23, 239-254.

Hayes, S. C. (2004). Acceptance and commitment therapy, relational frame theory, and the third wave of behavioral and cognitive therapies. *Behavior Therapy*, 35, 639-666.

Hayes, S. C., Barnes-Holmes, D. & Roche, B. (Orgs.). (2001). *Relational frame theory: A post-Skinnerian account of human language and cognition*. New York: Plenum.

Hayes, S. C., Strosahl, K. & Wilson, K. G. (1999). *Acceptance and commitment therapy: An experiential approach to behavior change*. New York: Guilford Press.

Hayes, S. C., Strosahl, K. & Wilson, K. G. (2012). *Acceptance and commitment therapy: The process and practice of mindful change*. New York: Guilford Press.

Heffner, M., Sperry, J., Eifert, G. H. & Detweiler, M. (2002). Acceptance and commitment therapy in the treatment of an adolescent female with anorexia nervosa: A case example. *Cognitive and Behavioral Practice*, 9(3), 232-236.

Holland, J. (1983). Comportamentalismo: Parte do problema ou parte da solução? *Psicologia*, 9(1), 59-75.

Kohlenberg, R. J. & Tsai, M. (2006). *FAP: Psicoterapia analítica funcional*. Santo André: ESETec. (Trabalho originalmente publicado em 1991.)

Luciano, M. C., Valdivia, S., Gutiérrez, O. & Pérez-Blarrina, M. (2006). Avances desde la terapia de aceptación y compromiso (ACT). *EduPsykhé*, 5(2), 145-157.

Matos, M. A. (2001). O behaviorismo metodológico e suas relações com o mentalismo e o behaviorismo radical. Em R. A. Banaco (Org.), *Sobre comportamento e cognição* (Vol. 1, pp. 63-74). Santo André: ESETec.

Morris, E. K., Higgins, S. T. & Bickel, W. K. (1982). Comments on cognitive science in the experimental analysis of behavior. *The Behavior Analyst*, 5, 109-125.

Perez-Álvarez, M. (1996). *La psicoterapia desde el punto de vista conductista*. Madrid: Biblioteca Nueva.

Perez-Álvarez, M. (2006). La terapia de conducta de tercera generación. *EduPsykhé*, 5(2), 159-172.

Schultz, D. P. & Schultz, S. E. (2008). *História da psicologia moderna*. São Paulo: Cenage Learning.

Sidman, M. & Tailby, W. (1982). Conditional discrimination vs. matching-to-sample: An expansion of the testing paradigm. *Journal of the Experimental Analysis of Behavior*, 37, 5-22.

Skinner, B. F. (1974). *About behaviorism*. New York: Vintage Books.

Skinner, B. F. (1989). The origins of cognitive thought. Em B. F. Skinner (Org.), *Recent issues in the analysis of behavior* (pp. 13-25). Columbus, EUA: Merrill.

Skinner, B. F. (1992). *Verbal behavior*. Acton, EUA: Copely. (Trabalho originalmente publicado em 1957.)

Skinner, B. F. (1999). The operational analysis of psychological terms. Em B. F. Skinner (Org.), *Cummulative record* (pp. 416-430). Acton, EUA: Copely. (Trabalho originalmente publicado em 1945.)

Skinner, B. F. (2007). *Ciência e comportamento humano*. São Paulo: Martins Fontes. (Trabalho originalmente publicado em 1953.)

Torneke, N. (2010). *Learning RFT: An introduction to relational frame theory and its clinical application*. Reno, EUA: Context Press.

Tourinho, E. Z. (2009). *Subjetividade e relações comportamentais*. São Paulo: Paradigma.

Watson, J. B. (1994). Psychology as the behaviorist views it. *Psychological Review*, 101, 248-253. (Trabalho originalmente publicado em 1913.)

Whelan, R. & Barnes-Holmes, D. (2004). The transformation of consequential functions in accordance with the relational frames of same and opposite. *Journal of the Experimental Analysis of Behavior*, 82, 177-195.

Wilson, K. G. & Blackledge, T. (2000). Recent development in the behavioral analysis of language. Em M. J. Dougher (Org.), *Clinical behavior analysis* (pp. 27-46). Reno, EUA: Context Press.

Wilson, K. G. & Soriano, M. C. L. (2002). *Terapia de aceptación y compromiso (ACT): Un tratamiento conductual orientado a los valores*. Madri: Piramide.

Woods, D. W., Kanter, J. W., Landes, S. J. & Adcock, A. C. (2007). Introduction to understanding behavior disorders: A contemporary behavioral perspective. Em D.W. Woods & J. W. Kanter (Orgs.), *Understanding behavior disorders: A contemporary behavioral perspective* (pp. 11-19). Reno, EUA: Context Press.

Clarisse Zamith é graduanda de Psicologia na Universidade Presbiteriana Mackenzie (UPM) e bacharel em Ciência Política e Governo pela Brandeis University. Membro da equipe *Pró-estudo*, fez cursos de extensão em clínica analítico-comportamental no Núcleo Paradigma.

Yara Nico é psicóloga e mestre em Psicologia Experimental pela PUC-SP. No Núcleo Paradigma, é coordenadora do Curso de Especialização em Clínica Analítico-Comportamental de Adultos, docente, supervisora clínica e terapeuta, além de integrar a equipe de Pesquisa sobre Responder Relacional.

especialização em

PSICOLOGIA CLÍNICA: ANÁLISE COMPORTAMENTAL APLICADA AO TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA E ATRASO NO DESENVOLVIMENTO

coordenação e supervisão

**CAROLINA MARTONE
CASSIA LEAL DA HORA
DANIEL DEL REY
LYGIA DORIGON**

**Aplicação de intervenções
analítico-comportamentais com
indivíduos com diagnósticos de
autismo e de desenvolvimento atípico.**

público-alvo

psicólogos, profissionais da área da saúde
e profissionais da área da educação

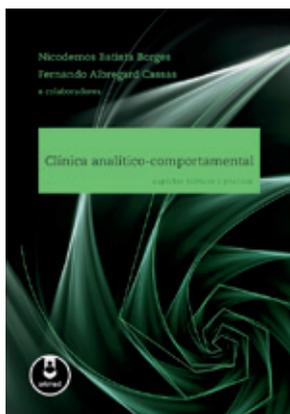
programa

Carga horária total de 502 horas,
divididas em 162 horas de prática supervisionada e
340 horas de aulas teóricas e orientação de
monografia

Na estante

Resenha do livro *Clínica analítico-comportamental: Aspectos teóricos e práticos*, organizado por Nicodemos B. Borges e Fernando A. Cassas. Editora Artmed (Porto Alegre), 2012.

Dante Marino Malavazzi



Às vésperas do XXI Encontro Brasileiro de Psicologia e Medicina Comportamental, a ser realizado em Curitiba (PR), de 15 a 18 de agosto, o livro *Clínica Analítico-Comportamental: Aspectos Teóricos e Práticos* está prestes a completar um ano. No Prefácio, Roberto A. Banaco define o objetivo da obra: “sistematizar e organizar o conhecimento produzido nas últimas décadas a respeito de nossa prática clínica dentro da abordagem, aqui no Brasil” (p. 8). Para isso, o livro foi dividido em três partes: As Bases da Clínica Analítico-Comportamental (Parte I), Clínica Analítico-Comportamental (Parte II) e Especificidades da Clínica Analítico-Comportamental (Parte III). No total, são 32 capítulos¹. Entre os autores, ressalta Roberto A. Banaco, há aqueles “já consagrados na abordagem, bem como as mais

expressivas promessas de jovens pesquisadores e pensadores que inovam e renovam teoria e prática” (pp. 9-10). O objetivo desta resenha é descrever brevemente o conteúdo das nove seções da obra, ilustrando-as com trechos de alguns capítulos. Assim, espera-se incentivar o leitor a um contato direto com o livro.

Parte I

Subdividida em duas seções, a Parte I da obra apresenta as contribuições da análise do comportamento e do behaviorismo radical à prática do clínico analítico-comportamental.

Seção I: As contribuições da análise do comportamento.

Esta seção inclui seis capítulos. Eles abordam, em grau crescente de complexidade, os seguintes conteúdos: comportamento respondente, comportamento operante, operações motivadoras, interação operante-respondente, controle aversivo e operantes verbais. No Capítulo 4 (Episódios Emocionais como Interações entre Operantes e Respondentes), Cassia R. C. Thomaz adverte:

Olhar para os comportamentos respondente e operante separadamente teria um caráter principalmente didático,

uma vez que um evento ambiental antecedente pode evocar respostas reforçadas em sua presença . . . , alterar a efetividade momentânea de um estímulo . . . e, ao mesmo tempo, eliciar respostas reflexas. (p. 42)

Seção II: As contribuições da filosofia behaviorista radical.

Esta seção inclui três capítulos. Eles tratam do *modelo causal de seleção por consequências*, da concepção behaviorista radical sobre o conceito de liberdade e de discussões filosóficas acerca dos transtornos psiquiátricos. No Capítulo 8 (O Conceito de Liberdade e suas Implicações para a Clínica), por exemplo, Alexandre Dittrich expõe três maneiras pelas quais é possível compreender o conceito de liberdade, sem renunciar ao *determinismo*: (a) Liberdade como Sentimento, (b) Liberdade como Diminuição ou Eliminação da Coerção e (c) Liberdade como Autocontrole (pp. 92-93).

Parte II

Subdividida em quatro seções, a Parte II do livro aborda os encontros iniciais e as intervenções em clínica analítico-comportamental, bem como o diálogo com a psicofarmacologia e alguns subsídios para o exercício clínico.

Seção I: Encontros iniciais, contrato e avaliações do caso.

Esta seção inclui cinco capítulos. Eles orientam o clínico sobre como proceder à *avaliação funcional*, indicando eventos aos quais se deve atentar e comportamentos necessários à formação do vínculo terapêutico. No Capítulo 12 (A que Eventos o Clínico Analítico-Comportamental Deve Estar Atento nos Encontros Iniciais?), Alda Marmo sugere abertura à individualidade de cada cliente (p. 124).

Seção II: Intervenções em clínica analítico-comportamental.

Esta seção inclui cinco capítulos. Eles discutem o uso de técnicas, a relação terapeuta-cliente, a modelagem, o controle por regras e o trabalho com sentimentos na clínica analítico-comportamental. No Capítulo 15 (O Uso de Técnicas na Clínica Analítico-Comportamental), Giovana Del Prette e Tatiana A. C. de Almeida alertam:

Aplicar a “técnica pela técnica” é *aquiescência*; . . . é restringir as possibilidades de ação. Já aplicar a técnica a partir da análise de contingências é *ras-treamento*, combinando as vantagens de uma regra de conduta (a técnica) com a riqueza e a complexidade das variáveis presentes em um processo terapêutico. (pp. 158-159)

Seção III: Psiquiatria, psicofarmacologia e clínica analítico-comportamental.

Esta seção inclui dois capítulos. Eles defendem o intercâmbio entre psiquiatras e clínicos analítico-comportamentais. No Capítulo 21 (Considerações da Psicofarmacologia para a Avaliação Funcional), por exemplo, Felipe Corchs refuta a “consideração frequente, porém precipitada, de que questões ‘biológicas’ são tratadas com medicações e questões ‘psicológicas’, com psicoterapias” (p. 192).

Seção IV: Subsídios para o clínico analítico-comportamental.

Esta seção inclui dois capítulos. Eles mostram como a formação pessoal do clínico pode (ou não) favorecer o processo terapêutico e apontam contribuições da prática de pesquisa ao exercício clínico. No Capítulo 23 (Subsídios da Prática da Pesquisa para a Prática Clínica

Analítico-Comportamental), Sergio V. Luna ressalta que não se deve “olhar seletivamente para os dados que falam a favor de hipóteses preferidas, mesmo que isso implique não poder oferecer resposta no momento para o problema sob investigação” (p. 207).

Parte III

Subdividida em três seções, a Parte III da obra versa sobre o atendimento de crianças, casais e famílias – além da atuação em contextos específicos.

Seção I: A clínica analítico-comportamental infantil.

Esta seção inclui cinco capítulos. Eles se referem à estrutura, às entrevistas iniciais, ao uso de recursos lúdicos para avaliação/intervenção e à participação da família no atendimento infantil. No Capítulo 24 (Clínica Analítico-Comportamental Infantil: A Estrutura), Joana S. Vermes observa: “É fundamental que o profissional planeje antes da sessão quais das brincadeiras serão utilizadas e com qual objetivo. Dessa maneira, evita-se que a atividade tenha um valor puramente recreativo, mesmo que seja conduzida de forma muito agradável e divertida” (p. 220).

Seção II: A clínica analítico-comportamental e os grupos.

Esta seção inclui um capítulo, reservado às vantagens do trabalho com grupos. Portanto, no Capítulo 29 (O Trabalho da Análise do Comportamento com Grupos: Possibilidades de Aplicação a Casais e Famílias), Maly Delitti e Priscila Derdyk destacam a semelhança com o ambiente natural dos clientes e a oportunidade especial de utilizar modelação e ensaio comportamental.

Seção III: A atuação clínica analítico-comportamental em situações específicas.

Esta seção inclui três capítulos. Eles tratam do atendimento em ambiente extraconsultório, do desenvolvimento de hábitos de estudo e de intervenções na área da Psicologia da Saúde. No Capítulo 30 (O Atendimento em Ambiente Extraconsultório: A Prática do Acompanhamento Terapêutico), por exemplo, Fernando A. Cassas, Roberta Kovac e Dante M. Malavazzi narram o desenvolvimento histórico do *acompanhamento terapêutico*, cuja origem remonta à *modificação do comportamento* e ao movimento antipsiquiátrico, na década de 1960.

Considerações Finais

Obviamente, esta breve descrição de *Clínica Analítico-Comportamental: Aspectos Teóricos e Práticos* não esgota e talvez sequer faça jus à obra. No entanto, conforme afirmado inicialmente, seu objetivo é apenas o de estimular o leitor à apreciação do livro. Enquanto clínico analítico-comportamental, testemunho: sua leitura representou fonte de aprendizagem teórica, contribuindo à minha prática profissional. Concordo, pois, com Roberto A. Banaco – para quem a obra “cumpre com sua função: atualizar e sistematizar, de maneira bastante cuidadosa, criteriosa e competente, a prática da terapia analítico-comportamental que se observa hoje no Brasil” (p. 10). ■

1 Dois capítulos adicionais estão disponíveis em www.grupoa.com.br.

Dante Marino Malavazzi é jornalista, psicólogo e mestrando em Psicologia Experimental pela PUC-SP. Especialista em clínica analítico-comportamental, terapeuta e monitor de supervisão clínica no Núcleo Paradigma. Editor-associado da revista *Perspectivas em Análise do Comportamento*.

evento internacional

ACCEPTANCE AND COMMITMENT THERAPY (TERAPIA DE ACEITAÇÃO E COMPROMISSO)

MÉTODOS, COMPONENTES E DIREÇÕES

vagas limitadas

com a Professora Dra.
CARMEN LUCIANO

Catedrática de Psicologia da Universidade de Almería, onde é coordenadora do doutorado em Psicologia. Diretora do Instituto ACT, em Madrid, e do primeiro programa de Mestrado em Terapia Contextual na Espanha. Autora de inúmeros livros, artigos, capítulos e pesquisas na perspectiva funcional sobre temas relacionados ao comportamento humano complexo e à prática clínica.

conteúdo

- A condição humana. O contextualismo funcional. Cultura, contingências e linguagem.
- RFT: teoria e evidências por trás da prática.
- A evitação experiencial destrutiva como uma análise funcional de inflexibilidade psicológica.
- Características da ACT. Promoção de flexibilidade. Alterando funções e gerando novos repertórios.
- Os métodos de intervenção da ACT: múltiplas perguntas, exercícios experienciais e metáforas. Os ingredientes dos métodos: o que são e por que eles funcionam?
- Os componentes da intervenção. Estabelecer um contexto para o trabalho terapêutico. Gerando desesperança criativa, clarificando a direção de valores pessoais e estabelecendo o contexto do eu.
- Aplicação de métodos para: (a) estabelecer um contexto para o trabalho, (b) a desesperança criativa, (c) a diferenciação das dimensões do eu ou o processo de autorreforço para a geração de perspectiva e (d) a clarificação das direções.
- Análise funcional de casos, aplicação da ACT e discussão.

carga horária
16 horas

Paradigma entrevista

Candido V. B. B. Pessôa e Jan L. Leonardi entrevistam
Maria Amalia Pie Abib Andery

Uma das analistas do comportamento mais respeitadas do Brasil, Maria Amalia Pie Abib Andery é coordenadora adjunta da área de psicologia na CAPES e diretora da Faculdade de Ciências Humanas e da Saúde da PUC-SP – instituição na qual é professora desde 1971, tendo participado da criação dos cursos de mestrado e de doutorado em Psicologia Experimental: Análise do Comportamento. Pesquisadora de destaque sobre comportamento verbal, processos de variação e seleção da cultura e práticas culturais, ela discute nesta entrevista as interfaces e os diálogos da análise do comportamento com outras áreas do conhecimento.

Paradigma: Amalia, você poderia falar da sua impressão sobre os diálogos ou interfaces da análise do comportamento?

Amalia: Talvez diálogos e interfaces sejam coisas diferentes. Interface evoca falar de recortes epistemológicos. Toda ciência tem alguma correlação ou interface com algum ramo da filosofia, tem dependência, digamos assim, de um pensamento filosófico ou de vários. A análise do comportamento não é exceção. Quando

falamos de diálogos, penso mais em interações concretas entre paradigmas científicos ou entre disciplinas, que podem ou não acontecer. De um lado, estamos falando de supostos, corpo teórico, epistemologia; de outro, estamos falando de ciência, de produção científica e tecnológica.

Paradigma: Podemos começar pelas interfaces?

Amalia: Quando dizemos que a análise do comportamento é uma ciência natural podemos cometer um engano, pois lhe falta uma orientação/tendência ao mecanicismo e à produção de modelos matemáticos que foram típicos das chamadas *ciências naturais* nos séculos XVIII e XIX. Mas a análise do comportamento também não é propriamente uma ciência das humanidades, pois lhe falta uma certa inclinação a explicações de base teleológica ou “intencionalista”, que foi marcante nas humanidades. Modernamente, fala-se em ciências exatas, ciências humanas, ciências sociais/comportamentais e ciências da vida. De um lado, a análise do comportamento tem uma interface necessária com as chamadas *ciências da vida*, já que o modelo de seleção por consequências orienta nosso olhar sobre nosso objeto de estudo.

do, o comportamento. Este é um fenômeno típico do ser vivo, portanto, tipicamente estamos no ramo da biologia. A análise do comportamento também tem interfaces com aquelas áreas do conhecimento que tratam especificamente do comportamento humano em sociedade, porque esta é uma característica tipicamente humana: da espécie humana emergiu um nível de seleção por consequências, a cultura. Homens se produzem em sociedade. Então, de outro lado, há uma interface necessária entre a análise do comportamento com o que podemos chamar genericamente de *ciências sociais*, com aquelas disciplinas que se dedicam a estudar a sociedade ou o homem em sociedade.

Paradigma: Como a análise do comportamento lida com essas interfaces?

Amalia: Falar dessas interfaces não significa dizer que nós sabemos lidar com elas, que sabemos exatamente como elas se dão. A formação que damos ao analista do comportamento e que a maior parte de nós teve enquanto estudante de análise do comportamento é uma formação muito pobre do ponto de vista filosófico e de nossa possibilidade de avaliação da produção de conhecimento científico. Tomamos a produção de conhecimento científico como tarefa disciplinar (e, de certa forma, ela é disciplinar). O problema é que essa perspectiva diante da produção de conhecimento supõe que cada disciplina dá conta de si, ou seja: produz seu conhecimento e tecnologia próprios, trabalha – metodologicamente – de certas maneiras peculiares sem qualquer preocupação ou interesse em relação ao que outros fazem e como fazem. Esses modos de trabalho e seus produtos (tanto os da análise do comportamento como os de outras disciplinas) são práticas culturais selecionadas e transmitidas nos periódicos e livros,

nos bancos universitários, nos laboratórios de pesquisa, nos programas de pós-graduação, nos congressos e nas relações pessoais e profissionais. Mas nos esquecemos que todo este fazer é parcial porque diz respeito a uma parte do mundo apenas e a um olhar, uma perspectiva, particular. Não nos damos conta de que a análise do comportamento poderia ganhar fazendo parte de um contexto mais geral. Por exemplo, nós não ensinamos para o nosso aluno e nós mesmos não (re)conhecemos nem mesmo a nossa interface com a biologia, com as ciências da vida. Somos ignorantes desse ponto de vista e exploramos as biologias menos do que deveríamos e do que poderíamos. Com isso, acho que empobrecemos e considero que nossa parca exploração das interfaces é uma característica da análise do comportamento, tanto com relação às ciências da vida como com relação às ciências sociais. O mesmo vale para as bases epistemológicas e filosóficas de que somos devedores. Por outro lado, é preciso que se esclareça que as proposições da análise do comportamento não podem ser desconsideradas pela biologia e pelas ciências sociais. Nossa compreensão sobre comportamento individual e sobre comportamento operante contribui para a solução de problemas conceituais e para a construção de conhecimento tanto na biologia como nas ciências sociais. E, ainda que não se dê o devido crédito, parece-me indiscutível que tais proposições *já influenciaram* autores importantes nessas disciplinas.

Paradigma: Como essa característica – de pouca exploração das interfaces entre disciplinas – se expressa?

Amalia: Vou dar um exemplo. Há muitos anos, eu tive alguns orientandos de iniciação científica que fizeram trabalhos sobre o que os alunos

de graduação de psicologia sabem e pensam da análise do comportamento. Estávamos interessados em tratar dos mitos sobre a análise do comportamento, ou seja, das crenças sem base na realidade sobre a disciplina. Nossos re-

Somos uma comunidade científica pequena, que fala de si/para si e que não conversa com quase mais ninguém. Além disso, acha que não precisa conversar com mais ninguém.

sultados apontaram, reproduzindo resultados norte-americanos (o que não se deu por acaso, dada a nossa formação intelectual), que um dos mitos mais comuns dos estudantes sobre a análise do comportamento era a ideia de que o indivíduo nasce como uma *tábula rasa*, ou seja, que todo comportamento seria igualmente modelável. Um dado importante sobre o mito é que ele parece aumentar com os anos de estudo de análise do comportamento. O que esse dado indicava? Que o aluno estava sendo *desformado*. Ele iniciava seus estudos na análise do comportamento com o conhecimento generalizado de que uma parte das determinações do comportamento seria genética ou filogenética. No decorrer de seus estudos, de sua formação, ele vai sendo levado a acreditar que tudo é igualmente modelável, que nossa tecnologia para mudança comportamental pela manipulação de condições ambientais vigentes é ilimitada. É como se acreditássemos que poderíamos ensinar o homem a bater asas e voar. Esse é um problema que não é do aluno; é um problema de quem ensina a análise do comportamento. Esse é um problema da análise do comportamento: enquanto disciplina não reconhecemos, de fato, uma interface que é afirmada no modelo de seleção pelas conseqüências. O mesmo vale para as ciências sociais. Muitos analistas do comportamento talvez saibam muito pouco ou nada de antropologia, sociologia, economia ou história.

Por quê? Por conta desse mesmo mito. É como se a explicação do comportamento individual por si só desse conta de explicar tudo: as leis sobre o comportamento operante seriam mais que suficientes para explicar a formação cultural, a história, a sociedade. Entretanto, o conhecimento dessas questões faz falta para a análise do comportamento.

Essas outras ciências são interfaces no sentido de que a produção de conhecimento na nossa área depende de termos uma perspectiva de como a cultura molda, modela, limita e produz comportamento individual. Tudo isso nos remete, em certo sentido, ao assunto dos diálogos da análise do comportamento.

Paradigma: Como se dão os diálogos da análise do comportamento nos dias de hoje?

Amalia: Ciência é uma prática cultural. Atualmente, estou preocupada com a análise do comportamento enquanto prática cultural porque acho que os analistas do comportamento, enquanto grupo, manobram-se para uma posição em que nós estamos em um canto isolado. É como se todo o mundo da ciência e da tecnologia pudesse nos ignorar, sem nenhum prejuízo para suas áreas e seu conhecimento. O que temos hoje na análise do comportamento? Pequenos grupos ou um pequeno grupo de cientistas e tecnólogos com pouco ou nenhum impacto em termos científicos gerais. Somos uma comunidade científica pequena, que fala de si/para si e que não conversa com quase mais ninguém. Além disso, acha que não precisa conversar com mais ninguém. (Eu não estou me excluindo dessa perspectiva, acho que também sou um pouco assim. Nos últimos anos, tenho tentado fazer um pouco diferente, mas acho que não tenho conseguido.) O que

pode acontecer? Mesmo que a análise do comportamento consiga persistir por mais 20, 30, 50 anos publicando seus JEABs e JABAs, tendo um pedacinho aqui de intervenção possível, um tantinho ali de publicação, um lugar ou outro em algum departamento de universidade, o impacto da produção de conhecimento e de tecnologia que emerge daí sobre a sociedade é muito pequeno para ser reconhecido como relevante. Em certo sentido, a posição atual da análise do comportamento enquanto prática cultural é pior do que há 30 ou 40 anos. A análise do comportamento era vista como uma abordagem reacionária, “americanófila”. Mas pelo menos estava *na* cultura. Era um pólo de discussão. As pessoas sabiam falar: “Skinner, Deus me livre!”. Hoje em dia, sequer despertamos reação emocional. Esse isolamento, que percebemos como isolamento científico, isolamento tecnológico, isolamento social em relação ao impacto acadêmico, é produto também da ausência de diálogo com as disciplinas que constituem nossas interfaces. De certa forma, existe uma recusa na análise do comportamento em reconhecer que nós temos um tanto de conhecimento que deveria de fato ser transformado por outros tantos de conhecimento e essa postura pode ser fatal.

Vamos pensar em termos de variação e seleção. Vivemos em culturas complexas. Consideremos a cultura ocidental, o mundo capitalista contemporâneo, as pessoas que leem, que fazem a ciência ocidental. Nesse contexto, cada abordagem, cada perspectiva em ciência, cada ciência, pode ser vista como uma prática cultural. Então, existem muitas variações acontecendo. Na psicologia, muitas variações estão sendo ofertadas ao público leigo, ao cliente, ao editor científico, aos departamentos nas universidades. Vamos pensar nesses últimos (departamentos, universidades)

como o ambiente social selecionador dessas variações. O que percebemos, de maneira geral, é que, aparentemente, a análise do comportamento pode desaparecer sem desestabilizar o sistema como um todo: se todos os departamentos de psicologia dos EUA ou do Brasil deixarem de ter professores de análise do comportamento, como isso afetará a psicologia como profissão? Parece que muito pouco. Esse desaparecimento seria impossível no caso da biologia, por exemplo. Uma coisa é ser parte integrante ou constituinte de um sistema maior; então, se você desaparece, todo o resto do sistema sofre com isso; outra é estar isolado no sistema: se você desaparecer, o sistema continuará funcionando e, exceto por alguma pequena oscilação, permanecerá intacto. Esse é o risco que corremos, de termos nos transformado em um grupo isolado dentro do sistema.

Paradigma: Você vê origens ou razões desse isolamento?

Amalia: Acho que a análise do comportamento já foi muito melhor. Skinner não era assim. Quando entrou para Harvard, ele foi parar em um laboratório de biologia, apropriou-se do conhecimento de então da biologia. E fez algo semelhante com outras disciplinas em toda a sua obra. É uma ingenuidade achar que Skinner falou tudo o que falou por causa do rato pressionando a barra. O que ele escreveu derivou, sim, do que ele viu no laboratório, mas foi informado por muitas interfaces. Skinner era muito culto e era um leitor incansável. Faz referências indiretas à filosofia, à biologia, à paleontologia, à geografia, à economia, à sociologia, à história, à linguística e a mais algumas ciências. Conviveu – e fez questão disso – com filósofos da ciência. Desse ponto de vista, Skinner seria um modelo de cientista muito diferente do analista do

comportamento hoje. Mas é um modelo difícil de seguir, pelas exigências que impõe ao cientista. E Skinner foi importante não apenas porque reconheceu outras disciplinas, mas porque reconheceu nelas lacunas e problemas para os quais propôs alternativas. E, ao fazê-lo, tornou a ciência do comportamento operante uma prática a ser de algum modo considerada por/em outras disciplinas.

Apesar disso, embora tivesse essas características, Skinner apresentou a análise do comportamento ao público, muitas vezes, como uma sistema acabado que não precisa de mais nada para se completar. Obviamente ele não fazia isso, obviamente ele dialogou com outras

Corremos o risco de ver nossa prática ser descaracterizada ou ser extinta, como já ocorreu antes. Precisamos estar atentos para esses riscos e encontrar maneiras de ampliar o escopo de nossa atuação e de enraizar socialmente as proposições e tecnologias derivadas da análise do comportamento.

peças. Mas é possível ler Skinner como se ele estivesse propondo um sistema que se autocontém e se autolimita, constituindo-se em uma explicação que a tudo engloba e a tudo supera. E muitos analistas do comportamento leram-no assim. Ao fazê-lo, passaram a ignorar e a ser ignorados em outras disciplinas.

A essas dificuldades soma-se outra. Não é fácil para uma prática cultural fazer parte do sistema cultural maior quando se trata de uma prática que se opõe ao *mainstream*, que se confronta com a maneira tradicional de ver o homem, que se propõe a explicitar as variáveis que condicionam o comportamento, que determinam o comportamento. Como tal prática poderia ser socialmente transmitida? Este é um tema da obra de Skinner e é também uma de suas grandes realizações. Com Skinner, a análise do comportamento tornou-se uma prática

científica que, de uma maneira ou outra, marcou e mudou muitas proposições em ciência, mesmo daqueles que a ela se opunham. No entanto, persiste a dificuldade de que tal variação seja mais frequente a cada geração. E esta dificuldade aumenta porque nós nos colocamos em uma posição de isolamento.

Ciência, na sociedade contemporânea, é duas coisas. Em primeiro lugar, ciência é ideologia, discurso. Constituir-se em um discurso coerente é fundamental. Uma boa parte das nossas instituições é puro discurso. Em segundo lugar, ciência é força produtiva. Ciência é produção de riqueza e talvez seja o maior vetor para produção de riqueza. A análise do comportamen-

to tem um primeiro problema de ter um discurso que não conseguiu tornar-se socialmente hegemônico. Se tivéssemos conseguido conven-

cer o público com nosso discurso, teríamos trazido transformações sociais importantes para a cultura. Agora, vamos pensar que ciência é também força produtiva. Nesse sentido, talvez, a análise do comportamento esteja em situação melhor, tomando-se como base algumas tecnologias que ganharam força nos últimos anos, como, por exemplo, o atendimento de pessoas diagnosticadas com autismo. Entretanto, mesmo nesse caso, nosso sucesso é apenas em subáreas isoladas e muito recente. E nosso histórico não é muito bom. Corremos o risco de ver nossa prática ser descaracterizada ou ser extinta, como já ocorreu antes. Precisamos estar atentos para esses riscos e encontrar maneiras de ampliar o escopo de nossa atuação e de enraizar socialmente as proposições e tecnologias derivadas da análise do comportamento.

Paradigma: Como seria mais fácil de se estabelecer diálogos da análise do comportamento com outras disciplinas hoje?

Amalia: Um psicanalista chamado Sérvulo Figueira escreveu um artigo nos anos 1970 em que argumentava que a psicanálise é uma explicação do fenômeno psicológico, do indivíduo, que é tão importante porque virou parte da cultura cotidiana. Termos como *trauma*, *ego*, *inconsciente* são parte da cultura, da maneira como descrevemos os fenômenos mais corriqueiros. Como tal, são termos que viraram termos cotidianos, mas que também se deterioraram conceitualmente e perderam substância científica. Esse é o sucesso e o problema da psicanálise, todo mundo age como se estivesse falando da mesma coisa quando não está. Mas, de toda forma, Freud e os psicanalistas construíram uma concepção de mundo e essa concepção tem penetração social, tem penetração cultural para muito além daquilo que a psicanálise em si, como disciplina, tem a dizer. Tal penetração em parte garante a sobrevivência da produção de conhecimento em psicanálise. O mesmo vale para certas escolas da economia, antropologia, etc. Outra pessoa que tratou do tema, agora especificamente do ponto de vista da análise do comportamento, foi Sigrid Glenn em um artigo de 1993¹. Seu artigo é excelente e merece ser lido com atenção. Nele, ela discute as dificuldades de penetração da análise do comportamento e as graves consequências em termos de nossa sobrevivência como prática cultural.

Nós também temos a oferecer uma construção conceitual que é importante e, acredito, pode transformar positivamente a sociedade. No entanto, o pouco que se reconhece em relação à análise do comportamento como construção conceitual para fora de seus muros tende a ser criticado socialmente, tende a ser

visto com uma conotação negativa: reforço, por exemplo, significaria que mecanizamos os indivíduos e que não acreditamos em liberdade. Não sei como exatamente estabelecer um diálogo com a sociedade e com outras disciplinas, mas sei que esta é uma tarefa urgente. Precisamos convencer o público de que nossa linguagem não é detratora da individualidade e das possibilidades do engenho humano.

Paradigma: Como reverter o quadro?

Amalia: Sabemos coisas do laboratório de análise do comportamento que seriam importantes e poderiam ser utilizadas pelo bem de todos e da cultura. Por exemplo: se o profissional que trabalha com ensino por computador entender de comportamento operante, possivelmente ele será melhor programador do que se ele não entender. Para isso acontecer, acho que a primeira coisa seria aprendermos a falar de outro jeito. Não adianta dizer em todos os lugares: a imediatividade do reforço é importante. O ouvinte não me ouve mais depois dessa frase. Mas se eu tratar de como os homens são suscetíveis ao atendimento imediato de suas necessidades, talvez o público se disponha a ouvir a frase seguinte. Essa regra geral vale para o público leigo e para nossos colegas cientistas. Precisamos aprender a mudar nosso discurso, sem comprometer nossos conceitos, para criar uma predisposição inicial ao diálogo. Também é importante se fazer presente: publicar em periódicos de outras áreas, assim como (e talvez principalmente) aprender a captar, entender e incorporar produções de outras abordagens.

Talvez devêssemos também evitar a concentração de produção de ciência normal burocratizada. Uma ciência em que a construção teórica, conceitual e empírica é ainda tão inicial como é a análise do comportamento, do meu ponto de vista, não pode se dar ao luxo de fa-

zer só a ciência normal burocrática, e refiro-me aqui tanto à pesquisa básica como à pesquisa aplicada. Não podemos eleger um ou dois temas e procedimentos de pesquisa e investir apenas na produção de pequenas variações sobre tais temas por décadas, ao mesmo tempo que ignoramos e avaliamos negativamente tudo o mais. Como uma disciplina emergente, recente, numericamente pequena e em relativo isolamento, não podemos nos dar ao luxo de evitar ou desfazer do novo e do diferente.

Paradigma: Voltando às interfaces, quais você tem privilegiado? Como estabelecer o diálogo hoje?

Amalia: Acredito que daqui a um século os historiadores da ciência vão dizer o seguinte: a grande contribuição conceitual e epistemológica do século XX para a ciência foi a produção do modelo selecionista. Esse modelo só se instalou de maneira importante na ciência na segunda metade do século XX. Havia pessoas com uma perspectiva “selecionista” antes disso? Sim. Mas a biologia sofreu uma reviravolta com esse modelo na segunda metade do século XX e as ciências sociais em geral também. Isso vale na antropologia, na linguística, na história. O chamado *modelo selecionista* produziu mudanças importantes na concepção de causalidade em ciência, nas construções teóricas e metodológicas em muitas ciências. Uma área em que tais mudanças foram fundamentais são as ciências do comportamento individual. Skinner não é o único selecionista na psicologia, mas ele é do nosso ponto de vista o melhor deles. Por isso, a análise do comportamento é tão importante. Ela é parte de uma grande e importantíssima revolução científica.

O selecionismo é um marco que delimita nossos interlocutores. Ao ler um autor, se eu acho que suas proposições combinam com o selecionismo, quero parar para pensar no que

ele está dizendo. Não importa que ele fale de intenção, de mente. É óbvio que do meu ponto de vista melhor seria se ele não falasse, mas se se tratar de uma perspectiva realmente selecionista possivelmente o que há de comum ali com a análise do comportamento é mais importante do que o que há de diferença. Essas são as interfaces importantes com a análise do comportamento. Esses são os diálogos, essas são as áreas, esses são os indivíduos com os quais precisaremos dialogar: aqueles que assumem um modelo selecionista para tratar das bases biológicas do comportamento, para tratar da linguagem, das culturas e sociedades, da política, da economia, etc. ■

1 Glenn, S. S. (1993). Windows on the 21st Century. *The Behavior Analyst*, 16, 133-151.

Candido V. B. B. Pessoa é administrador de empresas pela FGV-SP, mestre em Psicologia Experimental pela PUC-SP e doutor em Psicologia Experimental pela USP. Pós-doutorando no Programa de Estudos Pós-Graduados da PUC-SP, com financiamento pela FAPESP (2011/19125-2), é professor do Núcleo Paradigma e da Escola de Sociologia e Política de São Paulo.

Jan L. Leonardi é psicólogo e mestre em Psicologia Experimental pela PUC-SP. Especialista em clínica analítico-comportamental, terapeuta e docente do Curso de Especialização em Clínica Analítico-Comportamental de Adultos, no Núcleo Paradigma. Editor-associado da revista *Perspectivas em Análise do Comportamento*. Idealizou e elaborou o Curso de Verão em Psicologia Experimental: Análise do Comportamento da PUC-SP.

especialização em

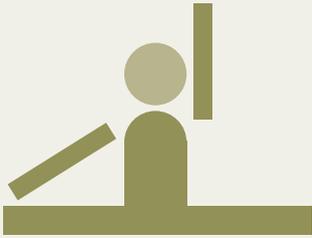
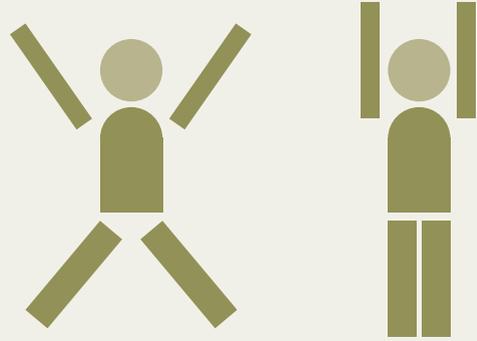
PSICOLOGIA DO ESPORTE E DA ATIVIDADE FÍSICA

coordenação

EDUARDO CILLO
CARLA DI PIERRO

professores

Eduardo Cillo, Sâmia Hallage, Carla Di Pierro, Roberto Banaco, Roberta Kovac, Yara Nico, Felipe Corchs, Antonio Herbert Lancha Jr, Irineu Loturco, Luis Riani, Gustavo Campelo, Márcio Andraus, Virgílio Franceschi e professores convidados.



público-alvo

psicólogos, educadores físicos, médicos, fisioterapeutas, nutricionistas e profissionais da área esportiva.

objetivo geral

formar especialistas em psicologia do esporte de orientação analítico-comportamental.

objetivo específicos

estabelecer competências e habilidades para:

- a compreensão dos processos básicos de análise dos comportamentos, aplicada ao esporte, atividade física e áreas correlatas das ciências do esporte;
- preparar os alunos para análise e intervenção multi e interdisciplinar em ambientes esportivos de alto rendimento, prática de atividade física e iniciação esportiva;
- contribuir para a produção científica brasileira em psicologia do esporte por meio das monografias de conclusão de curso.



núcleo

paradigma

análise do comportamento

www.nucleoparadigma.com.br

Rua Wanderley, 611
Perdizes São Paulo/SP
Tel. 11 3864 9732
CRP 06/3118-J

horário

quinzenalmente, às sextas e sábados

História de vida

Dr. Isaias Pessotti

por Fabiana Guerrelhas

Escrever sobre a vida do Professor Doutor Isaias Pessotti é para mim um grande desafio¹. Primeiro, pela necessidade de incluir no texto toda uma vasta e importante produção científica nas áreas de psicologia, psiquiatria, filosofia e análise do comportamento. Segundo, por ter de falar sobre um escritor de renome na literatura brasileira, ganhador de um Prêmio Jabuti, em 1994, pela obra *Aqueles Cães Malditos de Arquelau* – livro duplamente premiado nas categorias Melhor Romance e Livro do Ano, da Câmara Brasileira do Livro. Esta é, portanto, uma tarefa de muita responsabilidade.

Como residente na cidade de Ribeirão Preto (SP), convivo constantemente com várias facetas do professor Isaias: o *escritor*, muitas vezes citado pela imprensa local e sempre homenageado nos eventos literários; o *professor*, muito ativo na difusão do conhecimento; o *peregrino*, sempre visto fazendo longas caminhadas e a *figura social*, encontrada facilmente em bares e restaurantes.

Como analista do comportamento, terapeuta analítico-comportamental e aluna, aprendo e admiro seus trabalhos ligados à pesquisa básica, à saúde mental e à história da loucura. Como leitora, me delicio com suas histórias e personagens intrigantes. Como amiga, me divirto com seu humor, ora alegre, ora ácido e irônico, mas sem dúvida interessante. Conviver com o professor Isaias é sempre uma experiência enriquecedora.

Nasceu no dia 28 de setembro de 1933, em São Bernardo do Campo (SP), estado de São

Paulo. Estudou em um seminário franciscano, em Piracicaba (SP) – experiência que, segundo ele próprio, determinou sua visão do mundo. De acordo com a psicóloga Vera Otero, amiga pessoal e colaboradora em suas pesquisas experimentais na década de 1970, Pessotti bacharelou-se em Filosofia, pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo (USP), em 1955. (Sei que o professor Isaias orgulha-se de dizer que se graduou em Filosofia pela “Maria Antônia”.) Obteve o título de Especialista em Educação, pela Universidad de Chile em um curso oferecido pela Organização das Nações Unidas, para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO), em 1959. Doutorou-se em Ciências, com distinção, também pela Universidade de São Paulo, em 1969. Sua carreira acadêmica centralizou-se no Departamento de Neuropsiquiatria e Psicologia Médica da Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto-USP, onde ingressara em 1967. . . . Paralelamente obteve outros importantes títulos como Professor Titular do Centro de Educação e Ciências Humanas, da Universidade Federal de São Carlos, em 1982; Professor Titular de Psicologia Educacional da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto – USP, em 1983; Professor Titular da cátedra de Metodologia Científica (em Psicologia) da Universidade de Urbino (Itália), em 1997, título esse obtido por “notório saber” (*chiara fama*), reconhecido pelos colegiados da Universidade, pelo Consiglio Universitario Nazionale (CUN) e pelo Ministero delle Università e della Ricerca Scientifica e Tecnologica, da Itália (Otero, 2006, p. 9).

Sua formação acadêmica e vinculações institucionais expressam uma sólida carreira. Participou ativamente de lutas políticas e educacionais. Foi professor da UnB logo após o golpe militar em 1964 e era membro do grupo de 270 professores que se demitiram coletivamente em 1965. Naquele momento, relata que viveu num contexto de revolução e se orgulha disso. Com um olhar crítico dos pressupostos behavioristas radicais, questiona uma possível aplicação dos conceitos analítico-comportamentais como ferramenta de mudança social.

Fez parte do grupo inicial da análise do comportamento no Brasil, em companhia dos professores Carolina Bori, Rodolfo Azzi, Mario Guidi, Maria Amelia Matos, Dora Selma Fix Ventura e Maria Inez Rocha e Silva e, posteriormente, de João Claudio Todorov e Rachel Kerbauy.

Em entrevista à Vera Otero para um documentário produzido pela Associação Brasileira de Psicologia e Medicina Comportamental (ABPMC), em 2010, relata ter tido contato com escritos de Skinner em 1956, quando ficou encantado com a possibilidade de “produzir comportamentos”. Ainda na década de 1970, por iniciativa da professora Carolina Bori e com a colaboração de Geraldina Porto Witter, organizou, em Rio Claro, a primeira tentativa de um curso de *instrução programada*, ministrado no Brasil.

A partir daí se engajou no ensino da análise experimental do comportamento, por meio do desenvolvimento de experimentos de condicionamento operante, principalmente na área de discriminação. Inovou ao estudar o comportamento de insetos, já que até então os experimentos de laboratório eram predominantemente realizados com ratos e pombos. Além de livros, possui mais de 70 trabalhos publicados em importantes periódicos brasileiros e italianos, muitos deles so-

bre aprendizagem em abelhas. A importância científica de sua obra foi merecidamente reconhecida quando foi capa da revista *Scientific American*, na década de 1970, com o artigo “Come Apprendono le Api. A convite de Le Scienze” (Pessotti, 1977).

Entre os anos 1970 e 1990, impressionado com a transitoriedade das verdades científicas e das descobertas experimentais, dirigiu seus estudos para o conhecimento da História da Psicologia e da evolução histórica de conceitos-chave da psicologia. Nessa época, foram publicados: *Pré-História do Condicionamento* (1975), *Ansiedade* (1978), *Pavlov* (1979), *Deficiência Mental: Da Superstição à Ciência* (1984), *Filosofia e Comportamento* (1985), *Psicologia Aplicada à Odontologia* (1985), *A Loucura e as Épocas* (1994), *O Século dos Manicômios* (1996) e *Os Nomes da Loucura* (1999).

A partir da década de 1990, desencantado com o trabalho científico e com a vida universitária, tornou-se escritor – atitude que rendeu a produção de *Aqueles Cães Malditos de Arquelaú* (1993), *O Manuscrito de Mediavilla* (1995) e *A Lua da Verdade* (1997), aventuras históricas que misturam realidade e ficção, com toques de saudade dos anos 1970, vividos na Itália.

Esta é a história de um cientista que transitou entre a filosofia e a psicologia – o que lhe permite, por excelência, avaliar criticamente a prática do psicólogo, tanto em termos conceituais quanto em relação à aplicação. É membro ativo da Sociedade Brasileira de Psicologia (SBP) e da ABPMC. Costuma dar bastante valor à aplicação clínica, apesar de sua trajetória ser de cunho experimental e conceitual. Mantém uma postura contestadora, contundente, polêmica e questionadora de dogmas. Em matéria sobre sua vida, publicada por Dario de Negreiros no jornal *Folha de S. Paulo*, em 06 de maio de 2012, faz uma definição a seu respeito:

Se você quiser um denominador do meu pensamento, de tudo o que eu tenho feito e dito como professor, como pesquisador, como ‘filosofinho’, este denominador é o meu ódio ao poder. . . . A ciência é importantíssima, mas gráficos e tabelas já não me dizem mais nada. (De Negreiros, 2012, para. 23, 32)

É descrito por amigos e familiares como culto, perfeccionista, solidário, leal, perseverante, sério, versátil, ativo e erudito. Com sua multiplicidade de interesses, ofícios e habilidades (e.g., cozinheiro, marceneiro, mecânico de automóveis, etc.), formou e forma pessoas em diversos níveis.

Nas palavras de Otero (2006), todo esse caminho descreve uma pessoa com

imensa capacidade em harmonizar ciência, literatura, história e criatividade, atributos imprescindíveis a um pesquisador que é também um “formador de profissionais da Psicologia” em vários sentidos: científico, humanista, histórico e político. . . . Há o pesquisador, o cientista brilhante, o historiador crítico – o filósofo da psicologia – e o “inventivo relojoeiro”. Todas essas características são sempre úteis para os fazeres da ciência psicológica e para o desenvolvimento do saber científico, em geral. . . . Trata-se de um caso cuja imaginação e entendimento espontaneamente se harmonizam. (pp. 9-11) ■

1 As informações apresentadas neste texto foram extraídas de artigo publicado sobre o professor Isaias, de entrevista concedida à ABPMC, de documentários divulgados na cidade de Ribeirão Preto (SP), além de conversas casuais entre ele e esta autora.

Referências

- Moraes, A. B. A. & Pessotti, I. (1985) *Psicologia aplicada à odontologia*. São Paulo: Sarvier.
- De Negreiros, D. (2012, 6 de Maio). Meu deus é a questão. *Folha de S. Paulo*. Recuperado de <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/ribeirao/41178-meu-deus-e-a-questao.shtml>
- Otero, V. R. L. (2006). Homenagem a sócio-honorário: Isaias Pessotti. *Temas em Psicologia*, 14(1), 9-12.
- Pessotti, I. (1975). *Pré-história do condicionamento*. São Paulo: Edusp.
- Pessotti, I. (1977). Come apprendono le api. A convite de Le Scienze. *Scientific American*, 33, 11-21.
- Pessotti, I. (1978). *Ansiedade*. São Paulo: EPU.
- Pessotti, I. (1979). *Pavlov*. São Paulo: Editora Ática.
- Pessotti, I. (1984). *Deficiência mental: Da superstição à ciência*. São Paulo: Edusp.
- Pessotti, I. (1993). *Aqueles cães malditos de Arquelau*. Rio de Janeiro: Editora 34.
- Pessotti, I. (1994). *A loucura e as épocas*. Rio de Janeiro: Editora 34.
- Pessotti, I. (1995). *O manuscrito de Mediavilla*. São Paulo: Editora 34.
- Pessotti, I. (1996). *O século dos manicômios*. São Paulo: Editora 34.
- Pessotti, I. (1997). *A lua da verdade*. São Paulo: Editora 34.
- Pessotti, I. (1999). *Os nomes da loucura*. São Paulo: Editora 34.
- Prado Junior, B., Pessotti, I., Abib, J. A. D., de Rose, J. C. C., Prado, L., & Trevisan, P. (1985). *Filosofia e comportamento*. São Paulo: Brasiliense.

Fabiana Guerrelhas é psicóloga pela PUC-SP e mestre em Psicologia Clínica pela USP. Terapeuta analítico-comportamental do Instituto de Neuropsicologia e Biofeedback (Inbio), docente e supervisora do Instituto de Estudos do Comportamento (Psicolog), ambos na cidade de Ribeirão Preto (SP).

Aplicação

O papel do analista do comportamento sobre o fenômeno *bullying*: Algumas considerações

Joana Singer Vermes e Roberto Alves Banaco

Não é necessário muito esforço para recordarmos de cenas de infância ou adolescência que remetem ao que hoje é denominado *bullying*. Essa facilidade não se dá à toa: o fenômeno – que se refere à prática sistemática de violência, provocações, intimidações, insultos, exclusão e depreciação a pertencentes – sempre existiu na vida em grupo composta por crianças, adolescentes e, ainda que de forma mais controlada e menos exuberante (portanto, menos identificável), adultos.

Psicólogos, educadores e assistentes sociais vêm concentrando alguns esforços para entender o fenômeno e desenvolver estratégias envolvendo prevenção e combate. A preocupação não se limita à vida escolar (que parece ser o ambiente mais propício ao *bullying*), mas se estende a outros contextos, tais como condomínios, clubes, presídios, ambientes de trabalho e até asilos (Fante, 2005). Muitos profissionais têm também dedicado atenção ao *cyberbullying*, que costuma acompanhar a violência presencial. Sem dúvida, com a participação cotidiana das pessoas em redes sociais, o *bullying* tornou-se ainda mais fácil, já que viabiliza o “contágio” da prática a muitas pessoas. Dado que esta forma de comportamento parece ser muito frequente (se não típica) do comportamento humano em grupo e consi-

derando que há graves consequências para os indivíduos e para o grupo como um todo, a abordagem do problema merece ter vários enfoques: o enfoque do enfrentamento individual e o cuidado às práticas culturais que o mantêm.

Estudar o fenômeno do *bullying* é importante e urgente. O problema tem sido relacionado a um conjunto de comportamentos de fuga e esquiva envolvendo faltas excessivas aos compromissos, adoecimentos e desistência dos estudos. Observa-se, ainda, o desenvolvimento de transtornos psiquiátricos e, em muitos casos, de comportamentos de agressividade e revolta – casos clássicos de contracontrole. De fato, histórias como a de Columbine (ocorrida em 1999, no Colorado, EUA) e a de Realengo (deflagrada em 2011, no Rio de Janeiro) nos contam sobre a gravidade que é a união entre transtornos psiquiátricos sérios e uma história de *bullying*.

Alguns autores têm buscado identificar aspectos comuns entre as vítimas de *bullying*. Embora não seja uma regra, mais frequentemente, essas pessoas apresentam características físicas pouco valorizadas pelo grupo e/ou muito diferentes da maioria (e.g., obesidade, pouca altura, presença de espinhas, cabelo crespo, uso de óculos, deficiências físicas, entre outras). Características comportamentais

como timidez, ótimo ou péssimo desempenho escolar e imaturidade em comparação ao grupo parecem, com frequência, fazer parte do repertório de muitos indivíduos que sofrem *bullying*. Ainda, uma condição socioeconômica inferior à apresentada pelo pares também parece ser mais um gerador do problema (Fante, 2005).

Apesar de características “negativas” da vítima estarem comumente relacionadas ao *bullying*, é interessante notar que, em alguns casos, especialmente no gênero feminino, a vítima é escolhida justamente por apresentar características muito valorizadas pelo grupo. Entre os que agridem, são comuns verbalizações tais como: “Ela está se achando”, “Vamos baixar a bola dela”, etc. (Simmons, 2004). Esses dados indicam que a variável mais importante está relacionada à competição e à escassez de reforçadores, que tendem a aumentar a agressividade interna do grupo.

Um dos maiores problemas do *bullying*, que torna seu manejo tão difícil, diz respeito aos reforçadores que mantêm a prática: embora a reação da vítima possa fortalecer os comportamentos daqueles que cometem as agressões, é mais frequente observar que não há conexão funcional direta entre esses elementos – as

Embora a reação da vítima possa fortalecer os comportamentos daqueles que cometem as agressões, é mais frequente observar que não há conexão funcional direta entre esses elementos - as contingências que eliminam reforçadores negativos de ambos os lados (agressor e agredido) são dificilmente demonstráveis.

contingências que eliminam reforçadores negativos de ambos os lados (agressor e agredido) são dificilmente demonstráveis. Isso significa que os membros do grupo tendem a fornecer as consequências reforçadoras uns aos outros, especialmente enquanto o “dar risada sobre um comentário maldoso”, desde que não seja so-

bre a minha pessoa, significa, em tese, reforçar o comportamento de atentar à vítima e não a mim, independentemente da atitude da vítima. Esse fenômeno é tão verdade que, muitas vezes, aqueles que praticam o *bullying*, quando estão sozinhos, não apresentam esse tipo de comportamento. Observa-se também que, após algum tempo, sequer importa a presença da vítima para que alguns comportamentos continuem sendo apresentados.

Pelas razões apresentadas, o trabalho do analista do comportamento pode incidir sobre o nível individual ou grupal. É provável que a maioria dos terapeutas que atendem crianças e adolescentes já tenha recebido no consultório casos relacionados ao *bullying*. Nessas condições, o trabalho tende a ser individual. O profissional é incumbido de ajudar a vítima de *bullying* a lidar com o problema de forma a minimizá-lo, produzindo redução nos danos e no sofrimento. Nesse caso, ensina-se a vítima a mapear situações a serem evitadas, identificar possíveis comportamentos que podem exacerbar ou suavizar o problema, escolher formas de esquiva que tragam menos consequências negativas em sua vida, desenvolver habilidades para que seja possível estabelecer

relações satisfatórias com pessoas que não participam das agressões e, eventualmente, orientar para uma mudança radical de ambiente

social. Algumas vezes, ainda no nível individual, o profissional realiza a intervenção sobre o praticante do *bullying*. Nesses casos, procura-se (a) analisar, junto ao indivíduo, consequências de seu comportamento a médio e longo prazos, (b) avaliar maneiras de se obter reforçadores sociais de forma alternativa e (c) desenvolver

empatia pela vítima. O trabalho de Gomide (2010) pode ser um excelente caminho para se observar e instalar repertórios de *comportamento moral* nesses praticantes.

Embora o trabalho focado no indivíduo seja importante, seria fundamental que o analista do comportamento também pudesse lançar mão da teoria e de técnicas para realizar um trabalho em um nível mais grupal, especialmente na educação.

A incorporação de analistas do comportamento em ambientes nos quais ocorrem o *bullying* pode apresentar uma série de serventias. A primeira delas é a de mapear, via observação e relato de indivíduos, onde estão os focos de problema e as contingências que os formam. Isso significa compreender quais configurações de contingências de grupos são perigosas, quais são as vítimas reais e potenciais e de que forma o *bullying* acontece em cada caso. A partir disso, o profissional pode recomendar reorganizações do grupo, de forma a minimizar padrões sociais nocivos, tanto dos agressores quanto das vítimas. Seria também tarefa do analista do comportamento auxiliar no desenvolvimento de contingências que contribuíssem para que novas formas de interação no grupo envolvessem empatia, aceitação pelas diferenças e, especialmente, a construção de habilidades que trouxessem reforçamento social imediato similar ao que o *bullying* proporciona, mas sem haver sofrimento de um indivíduo.

Cabe ainda àquele que realiza a intervenção ensinar formas de se tratar o problema (que envolve tanto controle aversivo) fazendo o menor uso possível de controle aversivo. Para isso, professores, educadores, pais e outras pessoas que ocupam um papel de conduzir um grupo devem ser ensinados a detectar sinais do *bullying* antes de ele se cristalizar e, ainda,

refletir se não constituem a origem do problema. Parte expressiva dos agressores já passou por agressões e limitações afetivas sérias nas relações com adultos. Mudar nesse contexto as práticas culturais, revertendo as contingências geradoras de competição interna, é papel do(s) adulto(s) ou gestor do grupo e envolve colocar limites aos comportamentos indesejados, sem deixar de oferecer alternativas saudáveis para todos os membros do grupo.

Como se vê, o analista do comportamento deve se debruçar sobre esse fenômeno social tão nefasto e desenvolver tecnologia de condução de grupo, assumindo assim o papel já delimitado por Skinner em *Walden II*. ■

Referências

- Fante, C. (2005). *Fenômeno bullying: Como prevenir a violência e educar para a paz*. São Paulo: Verus.
- Gomide, P. I. C. (2010). *O comportamento moral: Uma proposta para o desenvolvimento das virtudes*. Curitiba: Juruá.
- Simmons, R. (2004). *Garota fora do jogo: A cultura de agressão oculta nas meninas*. São Paulo: Rocco.

Joana Singer Vermes é psicóloga e mestre em Psicologia Experimental pela PUC-SP. No Núcleo Paradigma, é coordenadora do Curso de Formação em Clínica Analítico-Comportamental Infantil, docente e supervisora clínica, além de terapeuta infantil e de adultos.

Roberto Alves Banaco é psicólogo pela PUC-SP, mestre e doutor em Psicologia Experimental pela USP. No Núcleo Paradigma, é coordenador do Curso Tópicos Avançados em Terapia Analítico-Comportamental, docente e terapeuta (adultos, casal, família e grupo). Editor-associado da revista *Perspectivas em Análise do Comportamento* e Professor Titular da PUC-SP.

perspectivas

em análise do comportamento

2012 ■ ISSN 2177-3548

Nota B3, pela avaliação Qualis/CAPES.

- Análise do comportamento
- Behaviorismo radical
- Ciência do comportamento
- Práticas culturais
- Clínica analítico-comportamental
- Áreas de aplicação da análise do comportamento
- Ensino de análise do comportamento
- Interface com ciências biológicas
- Metodologia em análise do comportamento

Agora indexada no Index Copernicus Journals Master List.

Comportamento em cena

Adaptação

Antonio Carlos Pacheco e Silva Neto



O filme *Adaptação* (Demme & Jonze, 2002) conta a história de Charlie Kaufman (Nicolas Cage) debatendo-se com a tarefa de adaptar um livro para um roteiro de filme. O livro que ele deve adaptar é *O Ladrão de Orquídeas*, escrito por Susan Orlean (Meryl Streep), a partir de sua reportagem sobre John Larroche (Cris Cooper), processado por coletar orquídeas numa reserva indígena na Flórida.

Charlie Kaufman é um indivíduo extremamente preocupado: preocupa-se com o que a produtora que o contratou vai pensar sobre ele, temendo que ela o despreze ao constatar que é careca e que fica nervoso, suando copiosamente quando se encontram para se conhecer; preocupa-se com o que sua paquera está pensando sobre ele quando saem juntos. Indeciso, modifica o roteiro diversas vezes, sempre insatisfeito com sua produção; intensamente autocrítico, fica paralisado ao tentar se aproximar de sua paquera – que então acaba desistindo dele e passa a se relacionar com outro homem. Ele tem a expectativa de ter a ideia perfeita

para o roteiro e espera o momento ideal para se aproximar da mulher por quem está interessado; ou suas tentativas são julgadas por ele como fracassadas e indicadores de sua vergonhosa incompetência.

Em contraste, o irmão gêmeo de Charlie, Donald Kaufman (Nicolas Cage), é despreocupado e brincalhão. Inscreve-se num curso de roteirista e começa a escrever um roteiro, que Charlie critica como sendo ingênuo e incoerente. Donald não se afeta com as críticas, continua agindo, criando seu roteiro, aproximando-se das pessoas e conquistando uma nova namorada. Por fim, Donald ajuda Charlie em seu roteiro – juntos vão investigar a vida de Susan Orlean, momento em os irmãos se aproximam.

A dificuldade de Charlie para escrever o roteiro remete à questão da *motivação*. O que a psicologia discute como sendo motivação – considerada uma causa interna para o comportamento –, o behaviorismo discute em termos de variáveis ambientais que controlam

o comportamento. Ou seja, em vez de considerar a motivação como causa do comportamento, o behaviorismo explica a motivação do indivíduo (ou sua tendência a se comportar de determinado modo) como função de fatores ambientais.

Um organismo age e sua ação produz consequências (mudanças no ambiente) que, por sua vez, podem afetar a probabilidade de ele

O filme, além dos excelentes atores e do roteiro instigante, permite exemplificar aspectos importantes comentados pela terapia comportamental de última geração, sobretudo a importância do comportamento verbal, tanto para o sofrimento quanto para a mudança positiva.

apresentar respostas da mesma classe no futuro. Reforçamento é o processo que ocorre quando uma ação do organismo produz uma consequência que aumenta a probabilidade de respostas da mesma classe serem emitidas no futuro. Por exemplo, abro a janela e então a luz do sol ilumina o lugar onde estou, facilitando eu visualizar o local e realizar minhas tarefas cotidianas; em situações semelhantes, provavelmente abrirei a janela, porque, no passado, abrir a janela produziu a iluminação do local. Comportamentos que foram reforçados apresentam então uma tendência (ou probabilidade maior) de serem novamente emitidos. Portanto, a motivação depende da história de reforçamento.

Motivação pode referir-se também à experiência do indivíduo, ou seja, corresponde a determinados eventos privados, notadamente associados à tendência a se comportar de determinado modo. Por exemplo, se eu desejo ir ao cinema, isso significa um aumento da probabilidade de eu emitir a resposta de ir ao cinema. Também o aspecto “subjetivo” – a “vontade” de ir ao cinema, o pensar em ir ao cinema,

a sensação ou os sentimentos de que seria bom assistir a um filme – deve ser explicado pela história de reforçamento.

Por outro lado, para que um aspecto do ambiente funcione como reforçador e então motive o indivíduo a agir, é necessário considerar outros aspectos da relação entre o organismo e o ambiente. *Operações estabelecedoras* (Michael, 1993) é um conceito que se refere a eventos que (a) alteram a efetividade reforçadora de outros eventos e (b) modificam a frequência de ocorrência do comportamento que foi reforçado por esses eventos. Assim, se estou há oito horas sem comer, esse evento (i.e., a passagem do tempo) aumenta o valor reforçador da comida e me motiva a comer.

Uma boa parte das operações estabelecedoras ocorre por meio do comportamento verbal. Por exemplo, ouço dizer que um novo restaurante é muito bom. Confiando nessa informação, ela aumenta o valor reforçador da comida desse restaurante para mim, motivando-me a ir comer lá.

A cultura, por meio do comportamento verbal, cria noções como felicidade, perfeição e sucesso, e um dos problemas que podem surgir é o indivíduo comparar-se com esses ideais e sofrer por não os ter alcançado. Isso ocorre com Charlie Kaufman, que busca o roteiro ideal e sofre com o seu roteiro real.

A Terapia de Aceitação e Compromisso (ACT; Hayes, Strosahl & Wilson, 1999) discute a questão dos ideais. Para a análise do comportamento, os ideais são produtos do comportamento verbal, isto é, os ideais são pensamentos, e pensamentos podem influenciar comportamentos, o que seria um caso do comportamento governado verbalmente. Um dos problemas ocorre quando determinados pensamentos

levam a comportamentos-problema e aumentam o sofrimento. Charlie Kaufman pensa que os outros vão julgá-lo negativamente, vão observar sua careca e sua insegurança e achá-lo ridículo. Esses pensamentos são tomados literalmente, como se fossem fatos, gerando sofrimento. A ACT propõe exercícios que ajudam o cliente a quebrar o contexto da literalidade (no qual os pensamentos são tomados como fatos), fazendo com que o cliente passe a observar seus pensamentos como sendo pensamentos e não como fatos – desse modo, buscando alterar o controle verbal que esses pensamentos têm sobre outros comportamentos.

Se por um lado o comportamento verbal pode gerar sofrimento – quando cria ideais como felicidade, perfeição e sucesso, frente aos quais estamos sempre aquém –, por outro lado, pode ajudar a criar outros tipos de ideais – os valores –, que favorecem ações no sentido de gerar consequências desejadas pelo indivíduo. Por exemplo, estabelecer *relacionar-se* como um valor pode contribuir para fazer com que o indivíduo aproxime-se dos outros, mesmo que se sentindo inseguro e pensando que podem não gostar dele. Nesse sentido, uma passagem do filme é exemplar. Charlie conversa com Donald, lembrando Sarah, uma colega de escola de quem Donald gostava. Conta que uma vez, após Donald ter conversado com ela, viu Sarah conversando com uma amiga e ridicularizando-o. Donald conta que ele também viu essa conversa. Charlie surpreende-se e questiona Donald: “Mas, mesmo depois de ela te ridicularizar, você estava tão feliz”. Donald diz: “Aquele amor era meu. Nem mesmo Sarah podia tirar isso de mim”. Charlie continua: “Mas ela achava você ridículo”. Donald responde: “Isso era problema dela, não meu. Você é o que você ama, não quem ama você. Isso foi o que eu decidi um longo tempo atrás”.

Esse diálogo parece ter produzido mudanças no comportamento de Charlie. Quando se reencontra com sua antiga paquera, que estava namorando outro homem, comporta-se de modo mais próximo, chegando a beijá-la e a dizer que a ama. Ela retribui e, embora o desfecho do relacionamento dos dois permaneça em suspenso, Charlie já se mostra mais feliz. Seu roteiro está pronto e, mesmo questionando-se se suas escolhas foram corretas, decide que o roteiro vai ficar assim e que tê-lo escrito valeu a pena.

O filme, além dos excelentes atores e do roteiro instigante, permite exemplificar aspectos importantes comentados pela terapia comportamental de última geração, sobretudo a importância do comportamento verbal, tanto para o sofrimento quanto para a mudança positiva. ■

Referências

- Demme, J. (Produtor) & Jonze, S. (Diretor). (2002). *Adaptation*. Estados Unidos da América: Columbia-TriStar.
- Hayes, S. C., Strosahl, K. D., & Wilson, K. G. (1999). *Acceptance and commitment therapy: An experiential approach to behavior change*. New York: Guilford
- Michael, J. (1993). Establishing operations. *The Behavior Analyst*, 16, 191-206.

Antonio Carlos Pacheco e Silva Neto é psicólogo pela PUC-SP, mestre em Saúde Mental pela UNIFESP e doutor em Psicologia pela USP. Especialista em clínica analítico-comportamental e terapeuta do Núcleo Paradigma.

TÓPICOS AVANÇADOS EM CLÍNICA ANALÍTICO-COMPORTAMENTAL

coordenação

ROBERTO ALVES BANACO

O curso visa a um aprofundamento teórico sobre temas tradicionais em análise do comportamento, sempre com uma meta de aplicá-los a casos clínicos. Com este propósito, pretendemos, em encontros periódicos, dar subsídios para que terapeutas e estudantes possam reciclar seus conhecimentos e se apropriar de ferramentas para a produção de conhecimento a partir de sua prática clínica.

data

as datas são informadas no site

horário

das 8h30 às 12h30



www.nucleoparadigma.com.br

Rua Wanderley, 611
Perdizes São Paulo/SP
Tel. 11 3864 9732

LIVRARIA VIRTUAL DO NÚCLEO PARADIGMA DE ANÁLISE DO COMPORTAMENTO



**Somente títulos relacionados
ao Behaviorismo Radical,
à Análise do Comportamento
e a áreas afins.**

Acesse www.nucleoparadigma.com.br/loja

formação em CLÍNICA ANALÍTICO-COMPORTAMENTAL INFANTIL

coordenação

**JOANA SINGER VERMES E
MIRIAM MARINOTTI**

objetivos

O curso tem como objetivo desenvolver o profissional para a prática da clínica infantil, com base na Análise do Comportamento. Serão oferecidos conhecimentos teóricos, técnicos e éticos que capacitarão o terapeuta para um trabalho de qualidade com o público infantil.

estrutura

O curso é composto por 45 horas de aulas teóricas (que podem ser cursadas de forma independente), 54 horas de supervisão e, no mínimo, 25 horas de prática clínica.

professores

Ana Beatriz Chamati, Ana Carolina Macchione, Daniel Del Rey, Cássia Leal da Hora, Giovana Del Prette, Jaíde Regra, Jan Leonardi, Joana Singer Vermes, Lygia Dorigon, Miriam Marinotti, Pedro Zuccolo, Sueli Amaral, Tauane Gehm

temas das aulas teóricas

- Caracterização da infância e da terapia infantil
- Condução de primeiras sessões
- A relação terapêutica na clínica infantil
- A orientação de pais
- Relação com escola e com outros profissionais
- Aspectos éticos da terapia infantil
- Contribuições da neuropsicologia no atendimento a crianças
- Técnicas da clínica infantil
- Aspectos do desenvolvimento infantil
- Depressão infantil
- O Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade
- Dificuldades escolares
- Enurese e encoprese
- Questões relacionadas às habilidades sociais
- Problemas de ansiedade
- Agressividade e comportamento opositor
- Problemas relacionados à alimentação e ao sono



núcleo
paradigma
análise do comportamento

www.nucleoparadigma.com.br
Rua Wanderley, 611
Perdizes São Paulo/SP
Tel. 11 3864 9732

especialização em

CLÍNICA ANALÍTICO-COMPORTAMENTAL

curso credenciado junto ao Conselho Federal de Psicologia

coordenação

ROBERTO ALVES BANACO
YARA CLARO NICO

Integração entre filosofia, teoria e técnica
para uma formação de excelência

Corpo docente de altíssimo nível

Conteúdo apresentado de forma gradual em
12 disciplinas

Inscrições abertas
para as turmas de
agosto de 2012

público-alvo
psicólogos e médicos
com residência em
psiquiatria

programa

quatro módulos semestrais com
550 horas, distribuídas em:
120 horas de supervisão (30 horas por módulo)
60 horas de atendimento clínico
370 horas de disciplinas teóricas e
orientação de monografia

Veja nossos planos de
bolsa-atendimento e
bolsa-pesquisa

dias e horários

aulas quinzenalmente, sextas
das 19h15 às 22h15 e sábados das 8h30 às 18h30

horário de supervisão quinzenalmente, sextas
das 16h às 19h ou terças ou quartas ou quintas,
das 19h às 22h



núcleo
paradigma
análise do comportamento

www.nucleoparadigma.com.br
Rua Wanderley, 611
Perdizes São Paulo/SP
Tel. 11 3864 9732
CRP 06/3118-J



núcleo
paradigma
análise do comportamento

www.nucleoparadigma.com.br